



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 46/2022

OBJETO	Contratação de serviços de Links de comunicação redundantes para prover acesso à Internet a toda a Justiça Eleitoral de Rondônia, além de suportar os serviços de trabalho remoto e transmissão de resultados das Eleições, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Das 08h00min do dia 27 de outubro até às 10h00min do dia 11 de novembro de 2022 , no sítio www.comprasnet.gov.br (UASG 070024), devendo ser observado o horário oficial de Brasília.
ABERTURA DAS PROPOSTAS	As propostas serão abertas no sítio www.comprasnet.gov.br (UASG 070024), às 10h00min do dia 11 de novembro de 2022 . A sessão pública será operada sistema no Comprasnet, por meio do Portal de Compras do Governo Federal.
ENDEREÇO DO TRE/RO	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União CEP 76.805-901 Porto Velho – Rondônia Telefones: (69) 3211-2165/2168/2082 Internet: www.tre-ro.jus.br
PREGOEIROS	ANDERCLEDSON REIS HERMENSON PEREIRA DA SILVA JHONATHA SOUZA FONSECA E-MAIL: licitacao@tre-ro.jus.br



Sumário

1. PREÂMBULO	3
2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	3
3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	4
5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS	6
6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES	9
8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	10
9. DA HABILITAÇÃO	12
10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO.....	14
11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP	16
12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	16
13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DO CONTRATO	17
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	18
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2022
(PROCESSO Nº 0002624-28.2021.6.22.8000)**

1. PREÂMBULO

1.1. A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, através de seu **PREGOEIRO**, designado pela Portaria nº 160/2022, expedida pela Direção-Geral deste Tribunal, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, por item, na forma de execução **INDIRETA**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, consoante as condições estatuídas neste edital e seus anexos.

1.2. Esta licitação será regida pela Lei Complementar n. 123/2006, pela Lei nº 10.520/02, pelos Decretos Federais nº 8.538/2015 e 10.024/19 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, além do previsto no Termo de Referência.

1.3. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será operada sistema no Comprasnet (www.comprasnet.gov.br), por meio do Portal de Compras do Governo Federal, e terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, **às 10h00min do dia 11 de novembro de 2022**.

2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. O edital estará disponível a partir das **08h00min do dia 27 de outubro de 2022**:

a) no sítio da internet: www.gov.br/compras/pt-br (UASG 070024);

b) no sítio da internet:

<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022>

c) mediante **solicitação formal** pelo e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.

2.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do edital no prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

2.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação ao edital, devidamente identificados, serão realizados **exclusivamente por meio eletrônico** e deverão ser apresentados ao Pregoeiro através do endereço: licitacao@tre-ro.jus.br.

2.4. O Pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

2.5. Os questionamentos serão respondidos e publicados em ordem sequencial na página da internet do TRE/RO, no endereço <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022> e na página de compras na internet do Governo Federal, no endereço www.comprasnet.gov.br (UASG 070024). As respostas vincularão os participantes e a administração, sendo dever das empresas licitantes acompanhá-las, não podendo alegar desconhecimento.

2.6. Havendo qualquer modificação no edital, será exigida divulgação pelo mesmo instrumento de publicação, no qual se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.



3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de LINKS de comunicação redundantes para prover acesso à Internet a toda a Justiça Eleitoral de Rondônia, além de suportar os serviços de trabalho remoto e transmissão de resultados das eleições, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos.

3.2. O objeto desta licitação completa-se com as especificações, termos e condições estabelecidos nos anexos integrantes deste edital, em especial o **Anexo IV (Termo de Referência)**, que define as quantidades, a forma de execução dos serviços e as obrigações das partes e as penalidades decorrentes do descumprimento dessas obrigações.

3.3. No caso de eventuais divergências entre a descrição do serviço neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida no Termo de Referência.

3.4. As despesas decorrentes da eventual contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral, abaixo resumido:

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA				
Exercício	2022			
Funcional Programática	02122003320GP0011			
Ação Orçamentária	20GP - Julgamento de Causas e Gestão Adm. na Justiça Eleitoral			
Subtítulo	0011 - No Estado de Rondônia			
Plano Orçamentário	0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa			
PTRES	167832			
Pré-Empenhos/SIAFI	-2022PE000309	-	-	-
Plano Interno	Natureza da Despesa			Reserva Orçam. (R\$)
TIC COMRED	339040.13 - Comunicação de dados			
Total				

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação as empresas do ramo que:

a) estejam previamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) – a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico “COMPRASNET”;

a.1) o credenciamento no SICAF, no nível básico ou nível I, é requisito obrigatório para participação no pregão eletrônico, uma vez que se constitui em credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET.

b) possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

c) manifestarem a ciência e concordância com as condições contidas neste edital e que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

4.1.1. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, junto à SLTI dar-se-á mediante o seu prévio registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF,



no Nível I - CREDENCIAMENTO, que é o nível básico do registro cadastral no SICAF, para participação em licitações eletrônicas.

4.1.2. Após o cadastro no SICAF, o fornecedor deverá se cadastrar no Comprasnet para participar das licitações eletrônicas.

4.1.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/RO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.1.4. O credenciamento perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.1.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

4.1.6. A verificação de que a licitante possui registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação poderá ser feito em qualquer fase da licitação mediante solicitação de apresentação de cópia do ato constitutivo ou consulta dos registros no SICAF.

4.1.7. A manifestação da licitante de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, deverá ser feita em campo próprio do sistema eletrônico.

4.2. No presente certame será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015.

4.2.1. Para usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, a licitante deve, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, declarar sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

4.2.2. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, diligenciar no sentido de verificar se a licitante declarante está devidamente enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3. Não poderão participar deste pregão eletrônico pessoas jurídicas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a)** não possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- b)** que, em regime de **consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- c)** que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo se comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. ° 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;
- d)** em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93) imposta por este Tribunal desde



que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, (Acórdão TCU n. 3.243/2012-Plenário e Acórdão TCU n. 2.242/2013 – Plenário)

e) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal (art. 7º, da Lei nº 10.520/02), imposta por qualquer órgão ou entidade no âmbito interno da União (Acórdão TCU n. 2.242/2013).

f) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

g) empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);

h) estrangeiras não autorizada a funcionar no País;

i) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE/RO.

4.4.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

4.5. Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) participação no certame de empresa que não possua registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

b) declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e

c) declaração falsa relativa atendimento dos requisitos para gozo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 ou relativa a qualquer outro benefício ou preferência.

d) participação no certame de empresa enquadrada em quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 4.3 e 4.4 deste edital.

5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

5.1. Após a divulgação do edital, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br (UASG 070024), os interessados deverão apresentar propostas, **ACOMPANHADAS DOS ANEXOS DE PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

5.1.1. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.



5.1.2. Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.

5.2. A proposta deverá descrever, no espaço reservado pelo Sistema Eletrônico, a especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação.

5.2.1. A proposta registrada no Sistema Comprasnet deverá conter o **VALOR TOTAL DE CADA ITEM**, expresso em moeda corrente nacional, obtido pelo adequado preenchimento do **ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**.

5.2.1.1. No sistema comprasnet, a quantidade total será 1 (um) para cada item.

5.2.1.2. No sistema comprasnet, o preço a ser registrado deve corresponder exatamente ao **PREÇO TOTAL DE CADA ITEM**, englobando o total de serviços e o total de instalações para o item respectivo.

5.2.1.3. No sistema comprasnet, a proposta deve ser registrada conforme abaixo exemplificado.

ITEM	OJETO	QTD	PREÇO
01	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	1	500.000,00(*)
02	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	1	500.000,00(*)

(*) *Preço meramente exemplificativo, apenas para fins didáticos, não guardando qualquer relação com o preço estimado.*

5.2.1.4. O detalhamento de cada item, com o preço de cada elemento que o compõe, será deve ser apresentado no anexo obrigatório de proposta.

5.2.2. Constitui **ANEXO OBRIGATÓRIO DE PROPOSTA** a apresentação de:

- a) proposta comercial detalhada, a ser elaborada e apresentada nos moldes **do ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**;
- b) indicação de localidades atendidas, a ser elaborada e apresentada nos moldes **do ANEXO II – LOCALIDADES ATENDIDAS**;

5.2.2.1. Os anexos obrigatórios de proposta devem ser apresentados nos termos do item 5.1, quando do cadastramento da proposta no sistema comprasnet.

5.2.2.1. Na proposta comercial detalhada (**ANEXO I**), **o valor dos serviços de instalação estão limitados ao valor de uma mensalidade do respectivo link a ser instalado, observado o disposto no item 2.2.9.2 do Termo de Referência.** A não observância do teto de valor da instalação, se frustradas as negociações, sujeitam a proposta à recusa.

5.2.3. Os itens 01 e 02 do objeto são mutuamente exclusivos e deverão ser contratados com fornecedores distintos. Em razão disso, caso o mesmo licitante apresente melhor proposta para ambos os itens, **DEVERÁ OPTAR POR UM DELES**, sendo recusada sua proposta para o outro item.

5.2.3.1. A escolha deve ser feita via chat, após questionamento realizado pelo Pregoeiro.

5.2.3.2. Caso, por qualquer motivo, a licitante não responda no chat, a escolha será realizada pelo Pregoeiro.

5.3. Salvo se exigido pelo edital ou pelo Pregoeiro, é facultado aos licitantes encaminhar descrição complementar às especificações contidas no edital, bem como material e documentos complementares à sua proposta. Todavia, eventualmente apresentados, vinculará a aceitação e execução do objeto.

5.3.1. A descrição, os materiais e os documentos complementares deverão apenas acrescentar características e especificações à descrição originalmente definida no edital para o objeto, não podendo, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA O ITEM**, conter elementos que contrariem as características e especificações do objeto estabelecidas originalmente no edital, reduzindo a sua qualidade ou utilidade.

5.4. Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, entrega/frete, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

5.4.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexecutável, serão considerados como inclusos nos descontos, não sendo considerados pleitos de ajustes de descontos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

5.5. Em nenhuma hipótese, poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer condição que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo:

- a) no que tange aos valores ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame ou durante a negociação;
- b) no caso de diligências e ajustes que não importem em modificação da proposta.

5.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas.

5.7. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da Sessão Pública.

5.7.1. Ficará suspenso esse prazo pela eventual interposição de recurso, até a sua decisão final.

5.7.2. Em havendo negociação para redução de valores ou ajuste na proposta, o prazo passará a contar da negociação ou da apresentação da proposta atualizada.

5.7.3. O prazo de validade da proposta poderá ser prorrogado por acordo entre as partes.

5.7.4. Considera-se não escrito o prazo de validade de proposta inferior ao estipulado, prevalecendo, nesse caso, o mínimo estabelecido neste edital.

5.7.5. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro, através do Sistema Eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas e encaminhadas, no prazo avençado.

6.2. Serão previamente desclassificadas, não havendo possibilidade de as respectivas licitantes participarem da fase de oferecimento de lances e sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital as propostas que:

- a) não atenderem às especificações do edital, seja por omissão, irregularidades ou defeitos insanáveis; e
- b) contenham quaisquer elementos que possam identificar as licitantes.

6.2.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mantendo-se em sigilo a identificação da licitante ofertante.

7.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados considerando o **VALOR TOTAL DE CADA ITEM**, obtido pelo adequado preenchimento do **ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação e o intervalo mínimo de **0,5% (meio por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, observados os termos do item 7.2.

7.4. Em havendo mais de um lance de igual preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do preço do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

7.6. Será adotado o modo de disputa aberto, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos.

7.6.1. Após o prazo do item 7.6, a etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema por dois minutos quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período inicial de duração da etapa.

7.6.2. Novas prorrogações sucessivas de dois minutos ocorrerão sempre que houver lances enviados no período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.6.3. Encerrada a fase de lances sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.7. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e, nesse caso, será reiniciada somente depois de decorrido o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022>

7.8. Os lances apresentados e não excluídos pelo Pregoeiro são de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração ou desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente dissidente às penalidades previstas neste edital.

7.9. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

7.9.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no item 7.9, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio realizado pelo sistema eletrônico.

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de lances da sessão pública, o Pregoeiro iniciará o julgamento da aceitabilidade das propostas apresentadas em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e aos preços estimados pela Administração para cada um dos itens.

8.2. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL DE CADA ITEM**, expresso em moeda corrente nacional, obtido pelo adequado preenchimento do **ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**.

8.3. A aceitação da proposta está condicionada à compatibilidade do seu **VALOR** ofertado com aquele estimado pela Administração e à consonância desses valores com aqueles praticados no mercado, sem prejuízo do atendimento às exigências expressas neste instrumento convocatório e seus anexos, especialmente àquelas relativas aos prazos máximos para execução dos serviços, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos.

8.4. Obtida uma proposta que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro iniciará a negociação do preço, observada a ordem de classificação, encaminhando pelo Sistema Eletrônico, via chat, contraproposta à licitante, com o objetivo de obtenção da melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

8.5. No caso de oferta de preço demasiadamente inferior àquele estimado pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta (exceto quando os preços referirem-se a materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) bem como, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada, sendo considerados preços manifestamente inexequíveis aqueles que não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.



8.5.1. Verificada proposta presumidamente inexequível, a proponente será convocada via chat a apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de recusa da proposta:

a) documentação idônea comprovando que o preço da proposta é suficiente para cobrir, pelo menos, todos os custos da contratação;

b) Planilha com todos os custos.

8.5.2. O prazo previsto para comprovação de exequibilidade da proposta poderá ser prorrogado, mediante pedido da empresa licitante, desde que o pedido seja devidamente justificado. O prazo total, incluindo a prorrogação, será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.6. Encerrada a negociação, restando esta **infrutífera, com preço julgado inaceitável**, o Pregoeiro recusará a proposta da licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta da licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

8.7. Encerrada a negociação, restando esta frutífera, com preço julgado aceitável, o Pregoeiro solicitará, **se for o caso**, o ANEXO DE PROPOSTA, somente ao licitante detentor da proposta válida, de menor preço, que esteja em análise, fazendo uso da opção CONVOCAR ANEXO, informando o sistema na tela do Pregoeiro na coluna “ANEXO”, o *link* “CONVOCADO”.

8.7.1. O Sistema encaminhará, via CHAT, mensagem de convocação para apresentação de anexos de proposta ao licitante selecionado, momento do qual passará a contar o prazo máximo de até 2 (duas) hora para apresentação do anexo de proposta solicitado, o que deverá ser feito por meio do *link* ANEXAR, disponível ao licitante.

8.7.2. Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantos vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.

8.7.3. Realizada a entrega do anexo de proposta por parte do licitante, o *link* CONVOCADO do Pregoeiro e o *link* ANEXAR dos demais fornecedores passarão a ter a função de CONSULTAR.

8.7.4. O ônus da apresentação dos anexos de proposta, comprovações e documentação complementar é da empresa licitante, cabendo-lhe a responsabilidade pela escolha dos arquivos, a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

8.8. Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares para confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados pelo licitante que apresentou o menor preço, seja para verificar o atendimento às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, ou documento ausente, comprobatório de condição pré-existente atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais documentos de proposta, por equívoco ou falhas ou, ainda, por outros motivos devidamente justificados, o Pregoeiro poderá solicitar a essa licitante, através do Sistema COMPRASNET – Opção CONVOCAR ANEXO, a documentação necessária, no prazo e forma previstos no item 8.7., prorrogável, a critério do Pregoeiro.

8.8.1. O prazo para envio da documentação complementar previsto no item 8.8 poderá correr simultaneamente com o prazo previsto no item 8.7.1.

8.8.2. O não envio pelo licitante do anexo solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento.

8.8.3. O anexo apresentado poderá ser submetido à análise da unidade técnica competente para o objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do serviço ofertado em relação às especificações técnicas definidas neste edital.

8.8.4. Se, após a análise dos documentos encaminhados pelo licitante, for verificado que o serviço ofertado não atende às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro recusará a proposta da licitante que ofertou o **MENOR PREÇO** para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta da licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

8.9. Em qualquer momento, caso seja necessário para a adequada compreensão e regularidade da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar informações e/ou documentos complementares, sendo motivo de recusa da proposta o não atendimento ou o atendimento inadequado por parte da empresa licitante.

8.10. Será recusada a proposta:

- a) manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitada pelo Pregoeiro;
- b) cujo valor encontre-se acima do preço praticado no mercado, refletido por meio de pesquisa de preços constante nos autos, e a licitante melhor classificada não queira reduzir ao preço estimado ou não manifeste interesse em negociar;
- c) que não atender às especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.
- d) se a proponente não apresentar comprovações, documentação complementar, anexos e/ou não atender diligências solicitados pelo Pregoeiro;
- e) se a licitante expressamente abrir mão do prazo estipulado pelo Pregoeiro para comprovações, complementações e diligências.

8.11. Obtida proposta que atenda aos requisitos do edital, o Pregoeiro procederá à aceitação e passará à Fase de Habilitação.

8.12. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferição da exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo fundamentar seu requerimento, o qual terá pertinência das alegações apresentadas analisada pelo Pregoeiro.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Para habilitação da licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a:

- a) habilitação jurídica;
- b) qualificação técnica;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) regularidade fiscal e trabalhista (Lei n. 12.440/11); e
- e) declarações legais.

9.2. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** são os seguintes:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do rol de diretores em exercício; e



d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** são os seguintes:

a) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional em nome da empresa, comprovando a prestação de serviços ou execução de atividades de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), no Estado de Rondônia, com largura de banda maior ou igual a 50% (cinquenta por cento) da largura de banda ofertada.

a.1) Os atestados poderão ser expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar no mínimo o CNPJ e endereço da entidade emitente, além de conter a data de emissão, número e vigência do contrato, o nome, função e telefone do responsável e no atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado o nome completo e CPF do signatário. Tratando-se de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, poderão ser apresentados com firma reconhecida em cartório da assinatura aposta, evitando-se eventuais diligências de veracidade pelo Pregoeiro.

a.2) O atestado exigido neste TR considerou velocidade de link 50% do pretendido, de maneira que não será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica na prestação do serviço. Sendo necessário ao menos 01 (um) atestado que preencha o requisito listado.

b) Outorga emitida pela ANATEL para operar enlaces de comunicação de dados multimídia, no mínimo, em todo o território de abrangência do respectivo item ofertado.

c) A licitante deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:

c.1) Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, 02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS) nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps.

c.2) A licitante deve estar ligada a no mínimo 02 IX (PTT) - Ponto de Troca de Tráfego Nacionais.

9.4. Constitui documento a ser apresentado para comprovação da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica.

9.4.1. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deve apresentar, no mesmo ato, a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

9.5. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** são os seguintes:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal (inclusive contribuições sociais/previdenciárias), mediante certidão negativa de débitos ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

9.6. As **declarações abaixo** deverão ser enviadas pelo licitante através do Sistema Eletrônico do COMPRASNET **no momento do envio da proposta**:

a) declaração de ciência e concordância com as regras do edital (art. 4º, VII, da Lei 10.520/02);



- b) declaração da condição de ME/EPP, se for o caso (art. 13, §2º, do Decreto 8.538/15);
- c) declarações de inexistência de fato superveniente (art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93);
- d) declaração de adequada empregabilidade de menor (art. 27, V, da Lei nº 8.666/93);
- e) declaração de elaboração independente de proposta (IN/MPOG nº 02, de 16/09/2009);
- f) declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado (inc. III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal);
- g) declaração de acessibilidade, se for o caso (art. 93 da Lei nº 8.213/91);
- h) declaração de cota de aprendizagem, se for o caso (art. 429/CLT).

9.7. Constituem documentos complementares à habilitação, a serem obtidas pelo Pregoeiro diretamente dos sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis:

- a) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php e obtenção de certidão negativa;
- b) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) mantido pela da Controladoria-Geral da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, e, utilizando o número do CNPJ da licitante, obtenção da informação de que não foram encontrados registros;
- c) comprovação de inexistência de registro na Lista de Licitantes Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:4752632183492::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO e obtenção de certidão negativa.

10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

10.1. A apresentação dos documentos de habilitação por parte da empresa licitante deverá ser realizada através do Sistema Comprasnet, **NO MOMENTO DO CADASTRAMENTO DE SUA PROPOSTA**, por meio de chave de acesso e senha, sendo vedada a apresentação posterior de documento que deveria ter sido apresentado no momento do cadastramento da proposta no sistema.

10.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, cuja eventual falsidade sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na legislação regente.

10.3. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, ou documento ausente, comprobatório de condição pré-existente atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, deverão ser apresentados pelo licitante melhor classificado no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

10.3.1. Para apresentação de documentação complementar, o Pregoeiro efetuará a solicitação mediante do uso da função CONVOCAR ANEXO, a qual, uma vez utilizada, informará na tela do Pregoeiro que foi aberto *link* de comunicação para envio de arquivos eletrônicos, apresentando o *status* “CONVOCADO” e encaminhará à licitante, via CHAT, mensagem de convocação para envio de anexo, registrando o horário da mesma, o qual constitui o marco inicial da contagem do prazo.

10.3.2. Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantas vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.



10.3.3. Uma vez solicitados, o ônus da apresentação dos documentos complementares é da empresa licitante, cabendo-lhe a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

10.4. A documentação exigida para atender ao disposto no item 9.1 e respectivos subitens, incisos, parágrafos e alíneas, do caput poderá ser obtida pelo Pregoeiro mediante consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), no que couber, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências.

10.4.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser apresentados nos termos do disposto no item 10.1.

10.4.2. Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pela licitante ou dos registros no SICAF, a consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.4.3. A empresa licitante é responsável pela manutenção das condições de habilitação durante todo o certame, devendo reapresentar documento cujo prazo de validade tenha expirado, quando convocada pelo Pregoeiro, na forma de documentação complementar.

10.5. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente edital.

10.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do próprio licitante:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Documentos emitidos em nome da matriz somente serão válidas para suas filiais mediante expressa declaração do órgão emissor ou de disposição legal.

10.7. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade dos documentos de habilitação apresentados com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como promover diligências e solicitar documentação complementar, o Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

10.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, será observado o intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação no sistema.

10.8. A licitante será INABILITADA se:

- a) não apresentar a documentação exigida no edital, quando do cadastramento de sua proposta;
- b) apresentar documentação intempestiva ou por meio inadequado;
- c) verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital;
- d) não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;
- e) a licitante expressamente abrir mão do prazo estipulado pelo Pregoeiro para comprovações, complementações e diligências.

10.9. No caso de inabilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte do licitante posteriormente classificado, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.



10.10. Verificado o atendimento às exigências habilitatórias fixadas no edital, a licitante será **HABILITADA** e declarada vencedora.

11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP

11.1. Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte na fase de habilitação, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, e o Decreto Federal n. 8.538/2015.

11.2. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

11.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.5. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o art. 4º, inciso XV, da Lei nº 10.520/02.

11.6. O não-atendimento a pedido de concessão da prorrogação de prazo de que trata o subitem 11.4, devidamente requerida e justificada pela licitante, deverá ser justificado pela Administração.

11.7. A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, podendo ensejar a abertura de processo administrativo com vistas à aplicação de penalidade, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520.

11.8 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista.

12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Após declarar a vencedora do certame, o Pregoeiro deverá conceder o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante possa, imediata e motivadamente, manifestar intenção de recorrer, registrando sua manifestação em campo próprio no sistema.

12.2. A ausência de manifestação imediata e motivada no prazo de 30 (trinta) minutos implicará decadência do direito de recurso das licitantes.

12.3. Não havendo apresentação de intenção de recurso, o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.

12.4. Apresentada a intenção de recurso, sendo esta aceita pelo Pregoeiro, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso ao(s) licitante(s) interessado(s), ficando as demais



licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.4.1. As razões e contrarrazões recursais devem ser apresentadas via sistema, em campo próprio, observados os respectivos prazos.

12.4.2. Caso a licitante pretenda anexar documentos na etapa recursal, deverá fazer a solicitação em suas razões ou contrarrazões. O pleito será analisado pelo Pregoeiro que, se entender pertinente, fará a convocação de anexo via sistema, logo após o prazo das contrarrazões, concedendo prazo de 1 (um) dia útil para apresentação dos documentos via sistema, aplicando-se o disposto no item 10.3.3 deste edital.

12.5. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

12.6. A falta de apresentação das razões de recurso caracterizará a desistência de recorrer, hipótese em que o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.

12.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8. Decididos os recursos, a autoridade competente poderá efetuar a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e homologar o certame.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DO CONTRATO

13.1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver o instrumento contratual, adaptado à proposta vencedora, devendo:

- a)** cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;
- b)** informar, tempestivamente, seu endereço bancário: número do banco, da agência e da conta corrente, bem como os dados de contato, endereço e documentais da empresa e do responsável pela assinatura do instrumento contratual, encaminhando tais informações para o endereço e e-mail: **contratos@tre-ro.jus.br**;
- c)** comprovar, no ato da assinatura do contrato, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d)** assinar o instrumento de contrato pelo SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, adotando-se os seguintes procedimentos:

d1) após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE/RO, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

d2) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar.

13.2. Se a adjudicatária não cumprir os prazos estabelecidos nas alíneas “d1” e “d2” do item 13.1, sem justificativa formalmente aceita pelo Diretor-Geral do TRE/RO ou se a documentação prevista na alínea “c” não for apresentada, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o instrumento contratual, sem prejuízo das multas previstas neste edital e seus anexos, além das demais cominações legais.



13.3. O presente edital e seus anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante do Contrato.

13.4. Assinado o contrato, ficam a Administração contratante e a contratada obrigadas a cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no instrumento.

13.5. A Administração contratante efetuará o pagamento, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, nos termos e condições definidos no Termo de Referência e Instrumento Contratual.

13.6. À relação contratual, além das disposições previstas neste Edital, aplicam-se a lei 8.666/93, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, as regras do Código Civil Brasileiro.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Se a LICITANTE/ADJUDICATÁRIA/COMPROMISSÁRIA/CONTRATADA descumprir os termos e condições deste certame, do contrato e da proposta, conforme o caso, ficará sujeita às sanções previstas neste edital e seus anexos, além das estabelecidas na legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil.

14.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/19, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita-se à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE/ADJUDICATÁRIA/COMPROMISSÁRIA/CONTRATADA que:

- a) quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o instrumento contratual;
- b) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) não mantiver a proposta;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

15.2. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

15.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



15.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

15.5. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.

15.6. A autoridade competente e o Pregoeiro, caso entendam necessário, poderão efetuar diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente na proposta ou na habilitação, podendo, inclusive, solicitar a apresentação do original ou de cópia autenticada, a ser entregue, se for o caso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, na sede Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, sito à Av. Presidente Dutra, 1889. Baixa União, Porto Velho – Rondônia. CEP 76.805-901.

15.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.8. A recusa de proposta, a inabilitação da licitante e qualquer outra decisão serão sempre fundamentadas e registradas no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

15.9. As hipóteses de desclassificação ou recusa de proposta e inabilitação dos licitantes poderão ensejar a abertura de processo administrativo para apuração da ocorrência de condutas tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520, com vistas à aplicação de penalidades, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, salvo nos casos em que forem acatadas pelo gestor as justificativas apresentadas.

15.10. Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

15.11. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes do Decreto Federal 10.024/19, das Leis 10.520/02 e 8.666/93 e da legislação correlata.

15.12. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.12.1. A anulação do procedimento induz à anulação das obrigações da adjudicatária ou contratada.

15.13. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.

15.14. Os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas são de responsabilidade exclusiva das licitantes.

15.14.1. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

15.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

15.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, observar-se-á:

- a) quando contados em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no TRE/RO;
- b) quanto contados em horas, a contagem será feita minuto a minuto, desprezando-se as frações de minuto, para mais ou para menos;
- c) quanto contados em minutos, a contagem será feita segundo a segundo, desprezando-se as frações de segundo, para mais ou para menos.

15.17. Considerando a existência de mais de um fuso horário no País, os horários registrados neste edital serão considerados, **sempre, em relação ao horário oficial de Brasília**, devendo as licitantes observar, também, quando aplicável, o horário oficial de verão.

15.18. A decisão do Pregoeiro, quanto ao resultado do certame, será publicada no Diário Oficial da União.

15.19. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.20. Caso não compareçam interessados ao certame, o objeto deste pregão poderá, se assim decidir a Administração, ser contratado com dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, V, da Lei 8.666/93.

15.21. São partes integrantes deste Edital:

- ANEXO I – Modelo de proposta;
- ANEXO II – Localidades atendidas;
- ANEXO III – Termo de responsabilidade e sigilo;
- ANEXO IV – Termo de referência;
- ANEXO V – Minuta de contrato.

.

Porto Velho, 25 de outubro de 2022.

ANDERCLEDSON REIS
Pregoeiro



ANEXO I
MODELO PADRÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(IDENTIFICAÇÃO/MARCA/LOGO DA EMPRESA)

Razão social e CNPJ:
Endereço completo:
Contatos (telefones e e-mail):

Pregão Eletrônico nº: ____/2022

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Instalação/Mudança de endereço	Evento	03	1a	(Qtd x 1a) + (Qtd x 1b)
	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	30	1b	
2	Instalação/Mudança de endereço	Evento	03	2a	(Qtd x 2a) + (Qtd x 2b)
	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	30	2b	
3	Instalação	Evento	06	3a	(Qtd x 3a) + (Qtd x 3b)
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps	Mensalidade	12	3b	
4	Instalação	Evento	74	4a	(Qtd x 4a) + (Qtd x 4b)
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	166	4b	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (Somatórios de todos os itens ofertados)					R\$

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS.

NÃO SERÃO ACEITOS VALORES DE INSTALAÇÃO SUPERIORES AO VALOR DA MENSALIDADE DO RESPECTIVO LINK INSTALADO, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 2.2.9.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA.

INTEGRA ESTA PROPOSTA, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS E SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, A APRESENTAÇÃO DOS DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL, SEUS ANEXOS E EM ESPECIAL O "ANEXO II - LOCALIDADES ATENDIDAS" DO TERMO DE REFERÊNCIA

LOCA E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE



ANEXO Nº II
LOCALIDADES ATENDIDAS

(IDENTIFICAÇÃO/MARCA/LOGO DA EMPRESA)

As tabelas abaixo são parte integrante e obrigatória da proposta de preços e deverão ser preenchidas na coluna "ATENDIDO PELO ITEM" com a indicação:

- "Item 03" - Possibilidade de atender por meio do Item 03;
- "Item 04" - Possibilidade de atender por meio do Item 04;
- "N/D" - Não disponível.

Tabela 2 - Localidades rurais					
MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA	ATENDIDO PELO ITEM
Nova Mamoré	Escola Onorina de Souza	Distrito de Nova Dimensão - Linha 28	-10.3648917	-64.8038548	
Nova Mamoré	Escola Candido Rondon	3ª Linha do Ribeirão	-10.1349431	-65.1797249	
Nova Mamoré	Escola Pedro Mendes Cardoso	Distrito de Jacinópolis	-10.2710917	-64.2823415	
Itapuã do Oeste	Cecília Meireles - Escola Municipal	Linha B40 Km 4 - Setor Rural	-9.285073	-63.2024021	
Itapuã do Oeste	Monteiro Lobato - Escola Municipal	Linha 623 - Km 40 Bairro : Zona Rural	-9.1575541	-63.3688143	
Porto Velho	Escola Municipal José de Freitas	Linha 9 Bairro : Projeto Assentamento Joana D'arc I	-8.9785946	-64.3159764	
Porto Velho	Escola Municipal Riacho Azul	Ramal São Domingos - Km 18 - Reassentamento Riacho Azul	-8.8098326	-64.0287324	
Porto Velho	Escola Municipal José Rodrigues	Linha Mucum Bairro : Vila Franciscana	-8.770001	-64.0783213	
Costa Marques	Escola Ilton José Martins	BR 429 Km 58 - Distrito São Domingos do Guaporé	-12.0753802	-64.0295475	
São Francisco do Guaporé	Escola Municipal Pereira E. Cáceres (Porto Murtinho)	Estrada Porto Murtinho, Km 15, Linha 8, 30 Km da Sede - Bairro: Distrito Porto Murtinho	-12.1910155	-63.4474603	
Porto Velho	Escola Marechal Cândido Rondon	Distrito de Abunã	-9.6986392	-65.3677618	
Porto Velho	Escola Barão do Rio Branco	Distrito de Fortaleza do Abunã	-9.7813938	-65.5290656	
Porto Velho	Escola Santa Júlia	Comunidade Taquara	-9.8665328	-65.2685271	
Porto Velho	Associação dos Moradores da Linha 01	Distrito de União Bandeirantes	-9.5738221	-64.5149607	
Porto Velho	Escola Rio Pardo	Distrito de Rio Pardo	-9.6262801	-63.9670073	
Porto Velho	Associação Marco Azul (Via Alto Paraíso)	Comunidade Marco Azul	-9.7915781	-63.7773151	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA	ATENDIDO PELO ITEM
Porto Velho	Escola Flor do Cupuaçu	Reassentamento Santa Rita	-9.1117982	-64.1677903	
Porto Velho	Aldeia Central – T.I. Karitiana	Aldeia Karitiana	-9.295965	-64.003084	
Pimenta Bueno	Assentamento Marcos Freire	Estrada Da Produção	-11.9809487	-61.0887483	
Espigão do Oeste	Aldeia Indígena - Cinta Larga	Aldeia Roosevelt	-11.4914152	-60.4653853	
Alta Floresta D'Oeste	Escola Municipal Ana Nery - Porto Rolim	Rolim De Moura Do Guaporé	-13.0836601	-62.277121	
Alta Floresta D'Oeste	Izidoro Stedille - Escola Municipal	Dist. de Izidolândia, S/N	-12.6032375	-62.1752348	
Alta Floresta D'Oeste	Padre Feijó - Escola Municipal - Filadélfia	Linha 105 C/ 152, Km 75, Filadélfia	-12.4368849	-62.04247	
Alta Floresta D'Oeste	Boatt Gerainny - Escola Estadual - Aldeia Sao Luiz	Terra Indígena Rio Branco	-12.0052106	-62.4883623	
Alto Alegre dos Parecis	João Paulo I - Escola Municipal	Linha 110, Km 135 - Vila Bosco	-12.5080479	-61.619208	
Alto Alegre dos Parecis	Fernando Sabino - Escola Municipal (Flor da Serra)	Linha P 40 Km 105 Dist. Flor Da Serra - (69) 8454-2991 Bairro: Distrito Flor Da Serra	-12.4567914	-61.9139671	
Parecis	Dom Pedro II - Escola Municipal (Pé de Galinha)	Linha Kapa 24, Comunidade Sao Pedro Bairro: Zona Rural	-12.3235837	-61.2866779	
Porto Velho	Escola Municipal Henrique Dias	Rua Padre Chiquinho, S/N - Fone Pub. 3230-1030 - Bairro : Distrito São Carlos	-8.4375662	-63.4994858	
Porto Velho	Escola Municipal Maria Angelica Queiroz	Distrito Nova Aliança Distrito. De Nova Aliança	-8.6097235	-63.5423095	
Porto Velho	Escola Municipal Deigmar Moraes de Souza	Estrada 28 de Novembro S/N Ramal da Penal Bairro: Distrito Cujubim Grande	-8.5857853	-63.7299187	
Candeias do Jamari	Escola Cândido Giacomett - PA Flor do Amazonas	Entrocamento Das Linhas 01 E 02 Bairro : Projeto de Assentamento Flor do Amazonas	-8.9800382	-63.5830756	
Candeias do Jamari	Escola Mário Covas - Vila Samuel	Vila Nova Samuel - Linha 45	-8.6582968	-63.4123462	
Candeias do Jamari	Escola PA Jequitiba	Linha 35 - Km 28 - Vila Boa Esperança Bairro : Projeto de Assentamento Jequitibá	-8.6855096	-63.182756	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA	ATENDIDO PELO ITEM
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal Carlos Chagas	Linha MC 01, Km 77, Núcleo Oriente Novo, Zona Rural	-9.5897758	-62.3938199	
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal João Paulo II	Linha MA 28, Km 75, Núcleo Entre Rios, Zona Rural	-9.1746589	-61.7284117	
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal Padre Angelo Cerri	RO 133, Km 80, Rua Principal, Distrito Tabajara	-8.9338002	-62.0556962	

Tabela 3 - Localidades rurais de difícil acesso

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA	ATENDIDO PELO ITEM
Guajará-Mirim	Escola Salomão Justiniano de Melgar - Distrito de Surpresa	Distrito de Surpresa (Via Fluvial)	-11.881789	-65.019885	
Guajará-Mirim	Escola 05 de Julho	Distrito de Ricardo Franco (Fluvial)	-12.01618	-64.82785	
Guajará-Mirim	Escola Abrao Koop - Pacaas Novas	Aldeia Indígena de Santo André (Aéreo)	-11.16433	-64.85325	
Guajará-Mirim	Escola Possidonio Bastos - Rio Negro Ocaia	Aldeia Indígena Rio Negro Ocaia (Aéreo)	-11.18264	-64.83465	
São Francisco do Guaporé	Escola Mun. Euclides da Cunha - (Pedras Negras)	Distrito. Pedras Negras - Rio Guaporé, 600 Km da Sede	-12.852261	-62.901318	
Alta Floresta D'Oeste	Kon' Coatt Tupari - Escola Estadual - Aldeia Cajuí (18 km terra + 2 hs de barco 2 tripulante)	Terra Indígena Rio Branco	-12.347236	-62.796459	
Porto Velho	Escola Municipal General Osorio	Rua São Jose, S/N - Bairro São Jose - Bairro : Distrito Calama	-8.0240454	-62.873300	
Porto Velho	Escola Municipal Aquiles Chaves Paraguassu	Localidade de Papagaios - Baixo Madeira Bairro : Distrito Papagaios	-8.1801129	-63.090413	
Porto Velho	Escola Municipal Manoel Maciel Nunes	Rio Madeira S/N Bairro : Distrito Nazaré	-8.1624835	-63.320262	
Porto Velho	Escola Estadual Joao de Barros Gouveia	Distrito Demarcação. Distrito. Demarcação - Rio Machado - Bairro: Distrito Demarcação Rio Machado	-8.1710853	-62.779303	
Porto Velho	Escola Municipal Francisco Braga	Sede da Reserva Extrativista do Lago do Cuniã, Bairro : Reserva Lago do Cuniã	-8.3178564	-63.497619	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Tabela 3 - Localidades rurais de difícil acesso

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA	ATENDIDO PELO ITEM
Porto Velho	Escola Municipal Castro Alves	Endereço : Santa Catarina S/N Baixo Madeira	-8.2350884	-63.253809	

LOCA E DATA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE



ANEXO III
TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO

(IDENTIFICAÇÃO/MARCA/LOGO DA EMPRESA)

Pregão Eletrônico nº: ____/2022

A empresa _____, CNPJ _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, CPF nº _____ DECLARA ter ciência inequívoca do Termo de Responsabilidade e Sigilo e das normas de segurança vigentes no TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, da legislação sobre o tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e me comprometo a guardar o sigilo necessário e a:

- a) tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;
- b) preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;
- c) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e
- d) não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo:
 - (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo;
 - (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, salvo autorização da autoridade competente.
- e) dar ciência a todos os funcionários e colaboradores desta contratada, estendendo a eles todas as responsabilidades aqui assumidas e respondendo solidariamente caso venham a infringir quaisquer destes termos.

Declaro que *[recebi]* *[tive acesso]* ao (à) *[documento ou material entregue ou exibido ao signatário]*, e por estar de acordo com o presente Termo, o assino na presença das testemunhas abaixo identificadas.

LOCA E DATA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC

1 - INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III, V c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019 e da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, , esta equipe de planejamento elabora o presente Termo de Referência, com vistas à contratação de solução de comunicação de dados para interligar a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia com suas unidades no interior do Estado e serviço de banda larga sob demanda para atender a atividades temporárias e externas às unidade.

2 - OBJETO

2.1. Contratação de serviços de Links de comunicação redundantes para prover acesso à Internet a toda a Justiça Eleitoral de Rondônia, além de suportar os serviços de trabalho remoto e transmissão de resultados das Eleições, para atender ao Documento de Oficialização da Demanda - DOD ([0724056](#)).

Tabela 1 - Objeto			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
01	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	33
02	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	33
03	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps	Mensalidade	18
04	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	240

2.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

2.2.1. Item 01 - Link de acesso à Internet de 500 (quinhentos) Mbps.

Requisitos:

2.2.1.1. Prover comunicação de dados entre a Justiça Eleitoral de Rondônia e a rede mundial de computadores;

2.2.1.2. Serviço dedicado de acesso à internet com os seguintes requisitos do enlace:

2.2.1.2.1. mínimo de **08 (oito) endereços IPs Fixos e válidos** livres para uso pela Contratante;

2.2.1.2.2. largura de banda (throughput) simétrico de **500Mbps (quinhentos megabits por segundo)**;

2.2.1.2.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;

2.2.1.2.4. prazo para restabelecimento do enlace **menor que 06 horas**;



2.2.1.3. A contratada deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:

2.2.1.3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, **02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS)** nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps.

2.2.1.3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a **no mínimo 02 PTT's** (Ponto de Troca de Tráfego Nacionais);

2.2.1.3.3. A Contratada deve ter conexão direta com, pelo menos, **01 (um) AS internacional** com velocidade mínima de 05Gbps;

2.2.1.4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.

2.2.1.5. A Contratada deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados. Caso esse requisito não seja atendido, a contratada não poderá refutar os meios utilizados pela contratante para aferir as velocidades contratadas.

2.2.1.5.1. Deverá possibilitar consultas SNMP pela contratante ao roteador do serviço, por meio do cadastro de community read-only.

2.2.1.6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

2.2.1.7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

2.2.1.8. Ativos de rede (roteadores; modems):

2.2.1.8.1. Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatíveis com as velocidades dos links conectados, limitado o uso de memória a 70% do total disponível quando da carga máxima da CPU;

2.2.1.8.2. Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, o mesmo deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para a Justiça Eleitoral;

2.2.1.8.3. LAN: Mínimo de 2 (duas) interfaces SFP 1000Base-SX ou RJ45 100/1000BaseT para interconexão com o ambiente de rede do local de instalação;

2.2.1.8.4. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com os enlaces WAN fornecidos;

2.2.1.8.5. Poderá ser utilizado modem ou outro equipamento para permitir a conexão do roteador CPE ao ambiente WAN da contratada;

2.2.1.8.6. Todos os equipamentos devem possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

2.2.1.9. Local de instalação:

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa União
CEP 76.805-901 - Porto Velho, Rondônia

2.2.2. Item 02 - Link backup de acesso à Internet de 500 (quinhentos) Mbps.

Requisitos:

2.2.2.1. Prover comunicação de dados entre a Justiça Eleitoral de Rondônia e a rede mundial de computadores;

2.2.2.2. Serviço dedicado de acesso à internet observadas as seguintes métricas:

2.2.2.2.1. mínimo de **08 (oito) endereços IPs Fixos e válidos** livres para uso pela Contratante;

2.2.2.2.2. largura de banda (throughput) simétrico de **500Mbps (quinhentos megabits por segundo)**;

2.2.2.2.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;

2.2.2.2.4. prazo para restabelecimento do enlace **menor que 06 horas**;

2.2.2.3. A contratada deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:

2.2.2.3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, **02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS)** nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps;

2.2.2.3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a **no mínimo 02 PTT's** (Ponto de Troca de Tráfego Nacionais);

2.2.2.3.3. A Contratada deve ter conexão direta com, pelo menos, **01 (um) AS internacional** com velocidade mínima de 05Gbps;

2.2.2.4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.

2.2.2.5. A Contratada deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados. Caso esse requisito não seja atendido, a contratada não poderá refutar os meios utilizados pela contratante para aferir as velocidades contratadas.

2.2.2.5.1. Deverá possibilitar consultas SNMP pela contratante ao roteador do serviço, por meio do cadastro de community read-only.

2.2.2.6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

2.2.2.7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

2.2.2.8. Ativos de rede (roteadores; modems):

2.2.2.8.1. Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatíveis com as velocidades dos links conectados, limitado o uso de memória a 70% do total disponível quando da carga máxima da CPU;

2.2.2.8.2. Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, ele deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para a Justiça Eleitoral;

2.2.2.8.3. LAN: Mínimo de 2 (duas) interfaces SFP 1000Base-SX ou RJ45 100/1000BaseT para interconexão com o ambiente de rede do local de instalação;

2.2.2.8.4. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com os enlaces WAN fornecidos;



2.2.2.8.5. Poderá ser utilizado modem ou outro equipamento para permitir a conexão do roteador CPE ao ambiente WAN da contratada;

2.2.2.8.6. Todos os equipamentos devem possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

2.2.2.9. Local de instalação:

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Rua José Camacho, nº 585 - Olaria CEP 76801-330 - Porto Velho, Rondônia

2.2.3. Item 03 - Link eventual de acesso à Internet Banda Larga de 100 (cem) Mbps.

Requisitos:

2.2.3.1. Prover link eventual de comunicação de dados entre as localidades informadas pela contratada e a rede mundial de computadores;

2.2.3.2. Abrangência:

2.2.3.2.1 Toda área urbana de Porto Velho;

2.2.3.3. Serviço compartilhado de acesso à internet atendendo as seguintes métricas:

2.2.3.3.1. largura de banda (throughput) para **download** maior ou igual a **100Mbps (cem megabits por segundo)**;

2.2.3.3.2. largura de banda (throughput) para **upload** maior do que **20Mbps (vinte megabits por segundo)**;

2.2.3.3.3. tempo de resposta menor que **100ms (cem milissegundos)**;

2.2.3.3.4. prazo para restabelecimento do enlace menor que 12 h (doze horas);

2.2.3.4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.

2.2.3.5. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7 dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

2.2.3.6. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

2.2.3.7. Ativos de rede (modems/roteadores):

2.2.3.7.1. Modems/Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes TCP/IP, compatíveis com as velocidades dos links conectados;

2.2.3.7.2. LAN: Mínimo de 1 (uma) interface RJ45 10/100BaseT e função wi-fi para interconexão com o equipamento da contratante no local de instalação;

2.2.3.7.3. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com o enlace WAN fornecido;

2.2.3.7.4. O equipamento deve possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

2.2.3.8. Local de instalação: conforme indicação na Ordem de serviço.

2.2.4. - Item 04 - Link eventual de acesso à Internet Banda Larga de 50 (cinquenta) Mbps

Requisitos comuns, acrescidos de:

2.2.4.1. Prover link eventual de comunicação de dados entre o local de instalação e a rede mundial de computadores;

2.2.4.2. Abrangência:

2.2.4.2.1. mínima de todas as 52 zonas urbanas dos municípios do Estado de Rondônia e;

2.2.4.2.2. pelo menos, 11 (33%) das localidades listadas na *Tabela 2 - Localidades rurais*;

2.2.4.2.3. eventuais localidades listadas na *Tabela 3 - Localidades de difícil acesso*;

2.2.4.3. Serviço compartilhado de acesso à internet atendendo as seguintes métricas:

2.2.4.3.1. largura de banda (throughput) para **download** maior ou igual a **50Mbps (cinquenta megabits por segundo)**;

2.2.4.3.2. largura de banda (throughput) para **upload** maior do que **10Mbps (dez megabits por segundo)**;

2.2.4.3.3. tempo de resposta menor que **100ms (cem milissegundos)**;

2.2.4.3.4. prazo para restabelecimento do enlace menor que 12 h (doze horas);

2.2.4.4. Em caso de inviabilidade de velocidades maiores, **serão aceitas reduções das velocidades** contratadas em até:

2.2.4.4.1. **80%** para as instalações fora do perímetro urbano:

a) largura de banda para download maior ou igual a **10 Mbps (dez megabits por segundo)**;

2.2.4.4.2. **90%** para instalações nas localidades listadas na *Tabela 2 - Localidades rurais e Tabela 3 - Localidades de difícil acesso*:

a) largura de banda para download maior ou igual a **5 Mbps (cinco megabits por segundo)**;

2.2.4.4.3. Para ambos os casos tempo de resposta menor que **200ms (duzentos milissegundos)**;

2.2.4.5. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.

2.2.4.6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7 dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

2.2.4.7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

2.2.4.8. Ativos de rede (modems/roteadores):

2.2.4.8.1. Modems/Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes TCP/IP, compatíveis com as velocidades dos links conectados;

2.2.4.8.2. LAN: Mínimo de 1 (uma) interface RJ45 10/100BaseT para interconexão com o equipamento da contratante no local de instalação;

2.2.4.8.3. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com o enlace WAN fornecido;

2.2.4.8.4. O equipamento deve possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 100 a 240V.

2.2.4.9. Local de instalação: conforme indicação na Ordem de serviço.

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Nova Mamoré	Escola Onorina de Souza	Distrito de Nova Dimensão - Linha 28	-10.3648917	-64.8038548
Nova Mamoré	Escola Candido Rondon	3ª Linha do Ribeirão	-10.1349431	-65.1797249
Nova Mamoré	Escola Pedro Mendes Cardoso	Distrito de Jacinópolis	-10.2710917	-64.2823415
Itapuã do Oeste	Cecilia Meireles - Escola Municipal	Linha B40 Km 4 - Setor Rural	-9.285073	-63.2024021
Itapuã do Oeste	Monteiro Lobato - Escola Municipal	Linha 623 - Km 40 Bairro : Zona Rural	-9.1575541	-63.3688143
Porto Velho	Escola Municipal José de Freitas	Linha 9 Bairro : Projeto Assentamento Joana D'arc I	-8.9785946	-64.3159764
Porto Velho	Escola Municipal Riacho Azul	Ramal São Domingos - Km 18 - Reassentamento Riacho Azul	-8.8098326	-64.0287324
Porto Velho	Escola Municipal José Rodrigues	Linha Mucum Bairro : Vila Franciscana	-8.770001	-64.0783213
Costa Marques	Escola Ilton José Martins	BR 429 Km 58 - Distrito São Domingos do Guaporé	-12.0753802	-64.0295475
São Francisco do Guaporé	Escola Municipal Pereira E. Cáceres (Porto Murtinho)	Estrada Porto Murtinho, Km 15, Linha 8, 30 Km da Sede -Bairro: Distrito Porto Murtinho	-12.1910155	-63.4474603
Porto Velho	Escola Marechal Cândido Rondon	Distrito de Abunã	-9.6986392	-65.3677618
Porto Velho	Escola Barão do Rio Branco	Distrito de Fortaleza do Abunã	-9.7813938	-65.5290656
Porto Velho	Escola Santa Júlia	Comunidade Taquara	-9.8665328	-65.2685271
Porto Velho	Associação dos Moradores da Linha 01	Distrito de União Bandeirantes	-9.5738221	-64.5149607
Porto Velho	Escola Rio Pardo	Distrito de Rio Pardo	-9.6262801	-63.9670073
Porto Velho	Associação Marco Azul (Via Alto Paraíso)	Comunidade Marco Azul	-9.7915781	-63.7773151
Porto Velho	Escola Flor do Cupuaçu	Reassentamento Santa Rita	-9.1117982	-64.1677903



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Porto Velho	Aldeia Central - T.I. Karitiana	Aldeia Karitiana	-9.295965	-64.003084
Pimenta Bueno	Assentamento Marcos Freire	Estrada Da Produção	-11.9809487	-61.0887483
Espigão do Oeste	Aldeia Indígena - Cinta Larga	Aldeia Roosevelt	-11.4914152	-60.4653853
Alta Floresta D'Oeste	Escola Municipal Ana Nery - Porto Rolim	Rolim De Moura Do Guaporé	-13.0836601	-62.277121
Alta Floresta D'Oeste	Izidoro Stedille - Escola Municipal	Dist. de Izidolândia, S/N	-12.6032375	-62.1752348
Alta Floresta D'Oeste	Padre Feijó - Escola Municipal Filadélfia	Linha 105 C/ 152, Km 75, Filadélfia	-12.4368849	-62.04247
Alta Floresta D'Oeste	Boatt Gerainny - Escola Estadual Aldeia Sao Luiz	Terra Indígena Rio Branco	-12.0052106	-62.4883623
Alto Alegre dos Parecis	João Paulo I - Escola Municipal	Linha 110, Km 135 - Vila Bosco	-12.5080479	-61.619208
Alto Alegre dos Parecis	Fernando Sabino - Escola Municipal (Flor da Serra)	Linha P 40 Km 105 Dist. Flor Da Serra - (69) 8454-2991 Bairro: Distrito Flor Da Serra	-12.4567914	-61.9139671
Parecis	Dom Pedro II - Escola Municipal (Pé de Galinha)	Linha Kapa 24, Comunidade Sao Pedro Bairro: Zona Rural	-12.3235837	-61.2866779
Porto Velho	Escola Municipal Henrique Dias	Rua Padre Chiquinho, S/N - Fone Pub. 3230-1030 - Bairro : Distrito São Carlos	-8.4375662	-63.4994858
Porto Velho	Escola Municipal Maria Angelica Queiroz	Distrito Nova Aliança Distrito. De Nova Aliança	-8.6097235	-63.5423095
Porto Velho	Escola Municipal Deigmar Moraes de Souza	Estrada 28 de Novembro S/N Ramal da Penal Bairro: Distrito Cujubim Grande	-8.5857853	-63.7299187
Candeias do Jamari	Escola Cândido Giacomett - PA Flor do Amazonas	Entrocamento Das Linhas 01 E 02 Bairro : Projeto de Assentamento Flor do Amazonas	-8.9800382	-63.5830756
Candeias do Jamari	Escola Mário Covas - Vila Samuel	Vila Nova Samuel - Linha 45	-8.6582968	-63.4123462
Candeias do Jamari	Escola PA Jequitiba	Linha 35 - Km 28 - Vila Boa Esperança Bairro : Projeto de Assentamento Jequitibá	-8.6855096	-63.182756
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal Carlos Chagas	Linha MC 01, Km 77, Núcleo Oriente Novo, Zona Rural	-9.5897758	-62.3938199
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal João Paulo II	Linha MA 28, Km 75, Núcleo Entre Rios, Zona Rural	-9.1746589	-61.7284117
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal Padre Angelo Cerri	RO 133, Km 80, Rua Principal, Distrito Tabajara	-8.9338002	-62.0556962

Tabela 3 - Localidades rurais de difícil acesso

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Guajará-Mirim	Escola Salomão Justiniano de Melgar - Distrito de Surpresa	Distrito de Surpresa (Via Fluvial)	-11.881789	-65.019885
Guajará-Mirim	Escola 05 de Julho	Distrito de Ricardo Franco (Fluvial)	-12.01618	-64.82785
Guajará-Mirim	Escola Abrao Koop - Pacaas Novas	Aldeia Indígena de Santo André (Aéreo)	-11.16433	-64.85325
Guajará-Mirim	Escola Possidonio Bastos - Rio Negro Ocaia	Aldeia Indígena Rio Negro Ocaia (Aéreo)	-11.18264	-64.83465
São Francisco do Guaporé	Escola Mun. Euclides da Cunha - (Pedras Negras)	Distrito. Pedras Negras - Rio Guaporé, 600 Km da Sede	-12.852261	-62.901318
Alta Floresta D'Oeste	Kon' Coatt Tupari - Escola Estadual - Aldeia Cajuí (18 km terra + 2 hs de barco 2 tripulante)	Terra Indígena Rio Branco	-12.347236	-62.796459
Porto Velho	Escola Municipal General Osorio	Rua São Jose, S/N - Bairro São Jose - Bairro : Distrito Calama	-8.0240454	-62.873300
Porto Velho	Escola Municipal Aquiles Chaves Paraguassu	Localidade de Papagaios - Baixo Madeira Bairro : Distrito Papagaios	-8.1801129	-63.090413
Porto Velho	Escola Municipal Manoel Maciel Nunes	Rio Madeira S/N Bairro : Distrito Nazaré	-8.1624835	-63.320262
Porto Velho	Escola Estadual Joao de Barros Gouveia	Distrito Demarcação. Distrito. Demarcação - Rio Machado - Bairro: Distrito Demarcação Rio Machado	-8.1710853	-62.779303
Porto Velho	Escola Municipal Francisco Braga	Sede da Reserva Extrativista do Lago do Cuniã, Bairro : Reserva Lago do Cuniã	-8.3178564	-63.497619
Porto Velho	Escola Municipal Castro Alves	Endereço : Santa Catarina S/N Baixo Madeira	-8.2350884	-63.253809

2.2.5. Item 05 - Removido

2.2.6. Item 06 - Removido

2.2.7 - Suporte Técnico e SLA (Acordo de Nível de Serviço)

2.2.7.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte a contratante por meio de **telefone 0800, Sistema WEB e/ou e-mail, durante 24h/dia, 7 dias/semana**, inclusive sábados, domingos e feriados;



2.2.7.2. O tempo máximo para atendimento dos chamados será de:

2.2.7.2.1. **6h (seis horas)** após a abertura do chamado para os **links dedicados de Internet (itens 01 e 02)**;

2.2.7.2.1. **12h (doze horas)** após a abertura do chamado para os **links de Internet banda larga (itens 03 e 04)**;

2.2.7.2.3. No período compreendido entre os 07 (sete) dias que antecedem e os 02 (dois) dias que sucedem a data de pleitos eleitorais, o tempo de solução dos problemas nos serviços poderá ser reduzido até pela metade do tempo;

2.2.7.2.4. As partes acordarão a redução do tempo de solução dos problemas nos serviços com antecedência de 15 (quinze) dias do início do período.

2.2.7.3. Os links deverão atender aos seguintes níveis de qualidade:

2.2.7.3.1. **Links dedicados de Internet (itens 01 e 02):**

2.2.7.3.1.1. disponibilidade do enlace maior do que **99,7% (noventa e nove e sete décimos por cento)**;

2.2.7.3.1.2. perda de pacotes menor que **2% (dois por cento)**;

2.2.7.3.1.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;

2.2.7.3.2. **Links de Internet banda larga (itens 03 e 04):**

2.2.7.3.2.1. garantia de banda mensal média de **80% (oitenta por cento)**;

2.2.7.3.2.2. disponibilidade do enlace maior do que **96% (noventa e seis por cento)**;

2.2.7.3.2.3. perda de pacotes menor que **5% (cinco por cento)**;

2.2.7.4. Qualquer funcionamento fora dos parâmetros definidos no item 2.2.7.3 será considerado como link indisponível até que os parâmetros voltem a ser atendidos;

2.2.7.4.1. A indisponibilidade do link dentro do SLA previsto sujeita a contratada a desconto na fatura mensal, proporcional ao tempo de indisponibilidade;

2.2.7.4.2. A indisponibilidade do link acima do SLA previsto terá seu desconto calculado em dobro, sem prejuízo às demais penalidades previstas neste TR;

2.2.7.5. A verificação do cumprimento do SLA definido no item 2.2.7.3 deste Termo de Referência será feita com base em **monitoramento por ferramenta ZABBIX ou VMware Realize Operations Manager** da contratante e/ou outra oferecida pela contratada, desde que aceita pela contratante na **reunião inicial** das partes. Considerando que:

2.2.7.5.1. O PNF – Período de Não Funcionamento do link será computado em minutos a partir da indisponibilidade do enlace;

2.2.7.5.2. O término do PNF será computado a partir do aceite da manutenção (fechamento do chamado) obrigatoriamente feito por um dos técnicos da Seção de Infraestrutura e Comunicação do TRE-RO, ou outra que venha a se responsabilizar pela fiscalização deste contrato, sendo necessária a identificação deste técnico responsável pelo fechamento do chamado;

2.2.7.5.3. O somatório mensal de PNF em minutos (“períodos de não funcionamento do link”) será o tempo considerado como base para avaliar o cumprimento do SLA, e será tomado como base para a aplicação de todos os descontos e penalidades previstas neste documento devido ao não cumprimento deste requisito;

2.2.7.5.4. Não serão computados no PNF os minutos de paradas programadas, solicitadas com antecedência mínima de 72h a contratante, que poderá indeferir o pedido em razão de conflito do período com atividades essenciais do órgão;

2.2.8. Prazos de instalação

2.2.8.1. A contratada deve seguir os seguintes prazos, contados do recebimento da ordem de serviço:

2.2.8.1.1. **Instalação** de novo circuito ou alteração de endereço:

- a) Links **dedicados** de Internet em até **30 (trinta) dias corridos**;
- b) Links de Internet **banda larga** em até **07 (sete) dias corridos**;
- c) Excepcionalmente, os prazos de instalação poderão ser alterados, desde que acordado previamente entre as partes;

2.2.8.1.2. Após a instalação, o enlace iniciará sua operação por um Período de Funcionamento Experimental - PFE, para testes e ajustes, de:

- a) 15 dias corridos, no caso dos links dedicados (itens 01 e 02);
- b) 03 dias corridos, no caso dos links banda larga (itens 03 e 04);

2.2.8.1.3. Em caso de interrupção do funcionamento do serviço contratado durante o período experimental, um novo PFE terá início a partir da reativação do serviço;

- a) A interrupção referida no item anterior poderá ocorrer, no máximo, duas vezes, após esse limite poderão ser aplicadas as penalidades previstas;
- b) Passado o PFE sem ocorrências, o recebimento da instalação será automático, e o circuito estará apto para faturamento;
- c) No caso de links instalados para atender períodos curtos e pré determinados, a interrupção dos serviços que prejudique o andamento dos serviços poderá caracterizar inexecução contratual.

2.2.8.1.4. Desinstalação de circuitos, inclusive recolhimento de equipamentos, em até 10 dias corridos;

- a) Em casos de evento com período informado (início e fim) na solicitação de instalação, o recolhimento deve ocorrer no dia seguinte ao final do evento, o recolhimento poderá ocorrer na sede do respectivo cartório eleitoral, caso assim seja acordado durante a instalação;
- b) Para fins de faturamento, será considerado a data do pedido como último dia de funcionamento do circuito, para tanto, o TRE-RO se compromete a não mais utilizar o referido;
- c) Equipamentos que não forem recolhidos em até 1 (um) ano, poderão ser incorporadas ao patrimônio da contratante e/ou classificados como inservíveis para fazer parte de processos de doação;

2.2.9. Taxa de Instalação e Pagamento Proporcional

2.2.9.1. Será admitida a cobrança de taxa de instalação no valor de até 01 mensalidade na implantação dos links ou em eventuais alterações de endereços;

2.2.9.2. Links de acesso à **Internet Banda Larga (itens 3 ou 4)**, **SERÁ** admitida a cobrança de taxa de instalação no valor de até 01 mensalidade;

2.2.9.2.1. Em caso de instalação nas **localidades** listadas nas **Tabelas 2**, será admitida **taxa de instalação com valor até o dobro (2x)**;

2.2.9.2.2. Em caso de instalação nas **localidades** listadas nas **Tabelas 3**, será admitida **taxa de instalação com valor até o triplo (3x)**;

2.2.9.3. Poderão ser solicitados **links** para eventos de **curta duração**, para os quais será devido o **valor proporcional** da mensalidade;

2.2.9.3.1. Para eventos com duração de **até 15 dias** será devido percentual de **50% (cinquenta por cento)** do **valor** de uma mensalidade, com vista a não inviabilizar financeiramente o atendimento;

2.2.9.3.2. Eventos com duração maior serão pagos proporcionalmente;

2.3 DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA COMUNS À TODOS OS ITENS:

2.3.1 As empresas fornecedoras da solução são integralmente responsáveis pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidos pelo TRE-RO ou contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venham a ter conhecimento durante a etapa de repasse, de execução dos trabalhos e de encerramento dos serviços, não podendo, se não formalmente autorizado pelo TRE-RO, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los a qualquer tempo.

2.3.2 As empresas deverão possuir nas suas instalações e/ou onde atividades serão executadas de modo remoto, padrões de segurança da informação e de tecnologia da informação para evitar a perda ou o vazamento de informação, ataques externos e tentativas de invasão, como firewall e sistemas antivírus.

2.3.3 Deverá ser assinado **Termo de responsabilidade e sigilo** pelas contratadas de cada solução, por meio de seu representante legal, estabelecendo o compromisso de não divulgar, não reproduzir e não utilizar nenhum assunto tratado ou produto resultante da prestação de serviços objeto da licitação, conforme **ANEXO III DESTE TR**.

2.3.4 A contratada compromete-se, também, a adotar boas práticas de segurança da informação, caso ainda não tenha uma política de segurança da informação implantada, e exigir que cada profissional a serviço da empresa tome ciência do **Termo de responsabilidade e sigilo** assinado pela contratada.

2.3.5 O correio eletrônico e a navegação em sítios da internet a partir do ambiente de rede do TRE-RO poderão, a exclusivo critério da TRE-RO, ser objeto de controle e auditoria.

2.3.6 A contratada deverá manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços de telecomunicações contratados.

2.3.7 Como boa prática, a contratada poderá manter em seus quadros técnicos especialistas em segurança e, também, prover serviços específicos de prevenção e reação a incidentes de segurança em Tecnologia da Informação.

2.3.8 A contratada deverá configurar de maneira apropriada os elementos de rede para habilitar o log dos eventos da rede do TRE-RO, tais como conexões externas e registros de utilização de serviços (arquivos transferidos via FTP, acessos a páginas web e tentativas de login não autorizado).

2.3.9 A contratada deverá notificar imediatamente ao TRE-RO sempre que for detectada ameaça ou ataque à rede contratada, informando o tipo da ocorrência a ação de resposta e as recomendações pertinentes.

2.3.9 A contratada deverá aplicar e manter atualizados os patches de segurança nos seus roteadores ou em outros equipamentos de suas redes, utilizados para atender ao TRE-RO.

2.4 CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISCIPLINADA PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 182/2013:

2.4.1 Conforme o Documento de Oficialização de Demanda subscrito pelo senhor Secretário da STI ([0724056](#)), os serviços foram enquadrados no conceito de **Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação** definida pelo Art. 2º, inciso XXVI, da Resolução CNJ n. 182/2013.

2.4.2 Referido normativo prevê que as contratações dessa natureza serão antecedidas por uma fase de planejamento (art. 6º c/c art. 12). As etapas dos estudos preliminares estão listadas no § 1º do artigo 12. Os artefatos constantes dos estudos preliminares foram juntados nos eventos [0832627](#), [0832628](#), [0832629](#) e [0832632](#).

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A atual estrutura de acesso à Internet deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia dispõe de 02 pontos de acesso cujos contratos (CT. nº 15 e 16/2017) vencem no final de outubro do corrente ano, e já não admitem renovações, ou seja, faz-se necessária uma nova contratação para os referidos serviços de telecomunicação.

3.2. Considerando o significativo crescimento do uso de recursos de TI, seja pela implantação de novos sistemas ou pela digitalização de procedimentos anteriormente manuais, que é uma tendência mundial para melhor eficiência e agilidade dos atendimentos tanto do público interno quanto externos, a falta desses pode trazer prejuízos imensuráveis ao bom andamento das atividades laborais deste regional, além de prejuízos no atendimento à sociedade.

3.3. A solução prevista nesta contratação prevê maior desempenho aos links destinados aos Data Centers do TRE-RO, com vista a atender à crescente demanda de comunicação com qualidade, segurança, otimização de custos e possibilitando futuras adoções de trabalho remoto ou home office, facilitando o aumento de produtividade e flexibilizando o uso dos recursos conforme necessidades.

3.4. Além disso, foram previstas novas soluções de acesso à Internet na modalidade banda larga para contratação eventual que visam atender as demandas de comunicação, principalmente, em período eleitoral, quando diversos ambientes fora das dependências do TRE são temporariamente criados, tais como JE-Crime, Ambiente de Teste de Integridade, Totalização, Apuração, Comissão de Transportes e outros, além de links com menor capacidade a serem utilizados tanto para atender locais de votação com infraestrutura precária em período eleitoral, quanto para operações itinerantes fora destes períodos.

3.5. Este serviço é de natureza continuada pois tratar-se de serviço auxiliar necessário ao desempenho das atribuições do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, de forma que eventual interrupção do serviço comprometeria a continuidade das atividades, motivo pelo qual a contratação estender-se-á por mais de um exercício financeiro.

3.6. DOS QUANTITATIVOS:

3.6.1. O quantitativo de mensalidades foi levantado com base nas seguintes demandas:

3.6.1.1. Item 1 - Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps

3.6.1.1.1. Este item tem caráter de instalação permanente, não havendo previsão de alterações de endereço ou desativação durante toda a vigência contratual, de forma que foram previstas 01 taxa de instalação e 30 mensalidades para o pagamento da execução contratual e outras 2 mensalidades para eventual necessidade de mudança de endereço. Total de **33 mensalidades**.

3.6.1.2. Item 2 - Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps

3.6.1.2.1. Este item tem caráter de instalação permanente, não havendo previsão de alterações de endereço ou desativação durante toda a vigência contratual, de forma que foram previstas 01 taxa de instalação e 30 mensalidades para o pagamento da execução contratual e outras 2 mensalidades para eventual necessidade de mudança de endereço. Total de **33 mensalidades**.

3.6.1.3. Item 3 - Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps

3.6.1.3.1. Este item tem caráter de instalação eventual, ou seja, seu uso e pagamentos serão sob demanda. O total de **18 mensalidades** foram previstas para as seguintes eventuais demandas durante a vigência contratual:

- Atender até **06 eventos de eleição** com pagamento de **taxa de instalação** e até **02 (duas) mensalidades**;
 - Total **18 mensalidades**.

3.6.1.4. Item 4 - Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps

3.6.1.4.1. Este item tem caráter de instalação eventual, ou seja, seu uso e pagamentos serão sob demanda. O total de **240 mensalidades** foram previstas para as seguintes eventuais demandas durante a vigência contratual:

- Atender até **04 links permanentes** durante toda a vigência contratual (**04 instalações e 28 mensalidades cada**), com até **4 mudanças de endereço**;
 - Total **120 mensalidades**.
- Atender até **15 eventos de eleição** nas localidades da **tabela 2**, com pagamento de **taxa de instalação em dobro** e até **02 (duas) mensalidades**;
 - Total **60 mensalidades**.
- Atender até **12 eventos de eleição** nas localidades da **tabela 3**, com pagamento de **taxa de instalação tripla** e até **02 (duas) mensalidades**;
 - Total **60 mensalidades**.

3.6.1.5. Removido

3.6.1.6. Removido

3.7. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

3.7.1. O presente termo de referência tem por intuito atender aos seguintes princípios:

3.7.1.1. DO PLANEJAMENTO: Este Termo de Referência dá cumprimento ao Plano de Contratações de TIC 2022 (evento [0715308](#)), item 2022-C03 onde se registrou o vínculo com o objetivo número 8 da ENTIC-JUD, de "Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas."

3.7.1.2. DA OBJETIVIDADE: Este documento dá ciência à alta administração do TRE-RO no sentido de que conheça as necessidades desta secretaria, e caso autorizado possibilite a contratação dos serviços solicitados.

3.7.1.3. DA EFICIÊNCIA: Em função da constante evolução das tecnologias e das restrições burocráticas da contratação por órgãos públicos, torna-se mais eficiente a contratação de serviços com o fornecimento de equipamentos em comodato de forma a garantir a manutenção do serviço e solução de problemas. Assim como as atualizações e substituições destes equipamentos é facilitada tendo em vista que não estão incorporados ao patrimônio da administração.

3.7.1.4. DA QUALIDADE: Considerando que este termo especifica as características mínimas necessárias para o prestação dos serviços, a empresa contratada proverá os equipamentos e insumos necessários para garantir a qualidade deste serviço.

3.7.1.5. DA ECONOMICIDADE: Atualmente este Regional conta com contratos de acesso a Internet com velocidades limitadas, resultado da falta de competitividade e da capacidade limitada das operadoras quando da contratação. Com a entrada de novas empresas para competir no mercado e utilização de novas tecnologias, visamos melhorar nossos serviços com velocidades maiores e um custo bem próximo ou até menor que o atual.

3.7.2. Além disso, a proposta aqui apresentada atua para dar cumprimento aos Objetivos Estratégicos traçados pelo CNJ, do Planejamento Estratégico do TRE-RO e das principais ações do PDTI da STI, a saber:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ:

- **Tema:** Infraestrutura e Tecnologia:

Garantir a infraestrutura de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação) apropriada às atividades judiciais e administrativas.
Garantir a disponibilidade de sistemas de TIC essenciais ao judiciário

- **Tema:** Eficiência Operacional.

Primar pela satisfação do cliente TIC.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-RO:

- **Tema:** Infraestrutura e tecnologia:

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TRE-RO:

- **Perspectiva:** Contribuição corporativa

Objetivo 2: Otimizar a aplicação dos recursos financeiros destinados a área de TI demonstrando de forma objetiva os retornos sobre os investimentos.

- **Perspectiva:** Excelência operacional:

Objetivo 5: Garantir a disponibilidade dos serviços de TI apropriadas às atividades judiciais e administrativas;

Objetivo 6: Garantir a estrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI

- Fornecer os meios e sistemas necessários para suportar a política de comunicação da Justiça Eleitoral;
- Ampliar serviços prestados aos usuários;

4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1. Serão exigidos critérios de sustentabilidade social e ambiental.

4.2. O Princípio do Desenvolvimento Sustentável foi albergado no art. 3º da **Lei n. 8.666/93**, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

4.3. Por sua vez o **Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020** estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável –PLS, cuja gestão está prevista no **Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021**.

4.4. Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da **Portaria TRE-RO n.131/2020**. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.

4.5. Todavia, o **Art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021** estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, citando entre eles alguns que constam da **Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010** que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

4.6. Nesse sentido, como requisitos sociais e ambientais, a empresa prestadora dos serviços deverá:

4.6.1. Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;

4.6.2. Para habilitação referente aos itens 19 a 29 (banheiros químicos) inclusos no objeto deste Termo de Referência, serão exigidos os documentos de Licenciamento Ambiental de Operação - LAO e Licença da Vigilância Sanitária - ANVISA, ambos expedidos por órgãos competentes para licenciar a instalação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou ainda que possam causar degradação ambiental;

4.6.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

4.6.4. Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

4.6.5. Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

4.7. A qualquer momento, a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

5. DO PREÇO

5.1 VALOR ESTIMADO

Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

6 - ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

6.1. A despesa decorrente do presente Termo de Referência substituirá os atuais Contratos n. 15/2017 e 16/2017 e foi programada/contemplada no Orçamento Anual do exercício de 2022, conforme dados do SIGEPRO. Segue abaixo, o quadro de fonte orçamentária e enquadramento da despesa:

FONTE ORÇAMENTÁRIA						
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por exercício			
			2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)	2025 (R\$)
Ordinário	Contratos de Serviços de acesso à internet via links dedicados	TIC COMRED				
Pleito	Contratação links de comunicação adic. p/ ambientes apuração, comissões e transm. de resultados	UEL APOIO				
Total por exercício financeiro						

6.2. Para o exercício de 2022 a previsão de execução orçamentária considerou a seguinte estimativa de uso imediato dos itens:

2022			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Instalação/Mudança de endereço	Evento	1
	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	2
2	Instalação	Evento	1
	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	2

6.2.1. Existe a possibilidade de ampliação do uso, em caso de redução substancial dos valores durante a licitação, bem como de suplementação orçamentária, em especial do orçamento de pleitos eleitorais para atender as demandas das zonas eleitorais ainda nas Eleições Gerais 2022.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

6.3. Para os exercício de 2023 e 2024 as despesas serão suportadas pelos valores constantes das propostas orçamentárias do TRE-RO.

6.3.1. Conforme Informação 269 COFC ([0891296](#)) consta na proposta orçamentária de 2023 apenas R\$ 230.000,00 para este item de despesa, entretanto esta STIC vislumbra a possibilidade de substituição de outros contratos, com consequente remanejamento orçamentário dos contratos substituídos para este.

ESTIMATIVA DE USO 2023			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
2	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
4	Instalação	Evento	4
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	48

6.3.2. Para os exercício de 2024 e 2025, serão incluídos nas propostas orçamentária ordinária e de pleitos eleitorais os valores necessários para a execução contratual para atender a demandas previstas, também com a possibilidade de substituição de contratos utilizados atualmente, a exemplo do CT. n. 18/2022 ([0849349](#)), dependendo das localidades atendidas pela presente contratação.

ESTIMATIVA DE USO 2024			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
2	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
3	Instalação	Evento	6
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps	Mensalidade	12
4	Instalação	Evento	48
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	86

ESTIMATIVA DE USO 2025			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	4
2	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	4
4	Instalação	Evento	2
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	16

6.4. Observa-se que a presente contratação prevê a efetiva instalação e uso durante toda vigência contratual apenas dos links de acesso a Internet dedicados (itens 01 e 02), enquanto que os links de Internet banda larga ainda que contratados e com as respectivas estimativas de uso, tem caráter eventual e poderão ter uso menor que o previsto.

6.4.1. Fator crucial na execução dos contrato do item 04 - Link eventual de acesso a Internet Banda Larga será o quantitativo de localidades das tabelas 2 e 3 que a CONTRATADA terá capacidade de atender, de forma que no caso das quantidade de localidades atendidas pela contratada sejam menores que a esperada pela administração, a execução contratual também ficará abaixo do estimado.

7 – DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

7.1.1. Embora a solução pretendida seja formada por tecnologia de comunicação, os elementos que a compõem são descritos com padrões usuais de mercado e de precificação objetiva. Dessa forma, trata-se de serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado padronizadas para todos os licitantes.

7.1.2. Como não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final da solução, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **do tipo menor preço global, por item**, conforme composição de custo preenchida no Anexo I deste TR, consoante as condições definidas neste TR e com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002.

7.2 INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS:

7.2.1. Item 03: O serviço do item 03 está estimado em patamar inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) porém, não poderá ser destinados exclusivamente às ME/EPP's para não restringir a competição do item. Há um mercado bastante restrito entre essa categoria econômica de empresas e a destinação exclusiva também impediria a participação de empresas de maior porte existentes nesse mercado. Os dois fatores reunidos recomendam o afastamento da regra porque certamente restringirá o caráter competitivo do certame o que, em última análise, não será vantajoso à Administração, situação que se amolda à exceção contida no art. 49, III, da Lei Complementar n. 123/2006 e no art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015.

7.2.2. Demais itens: Os serviços especificados nos demais itens superam o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) porém, não são tecnicamente divisíveis porque, embora mensurados em diversas mensalidades, não há possibilidade de instalação e ativação do serviço por uma empresa e em determinado mês efetuar a mudança da empresa durante a execução do objeto, tampouco a execução por localidade seria possível, visto que o quantitativo de mensalidades é estimativo e tem sua execução flexível, de forma que a destinação de percentual do objeto para contratadas distintas poderia prejudicar a execução, resultando em aditivos contratuais futuros.

7.2.3. As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

7.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

7.3.1. As propostas deverão cumprir todos os requisitos e condições estabelecidas neste instrumento;

7.3.2. Além do cumprimento aos requisitos técnicos, as propostas deverão apresentar de forma clara e objetiva todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando os preços unitários e totais, mediante preenchimento do **Anexo I - Modelo padrão de proposta de preços** e indicar qual o item proposto atende cada localidades das tabelas 2 e 3, mediante o preenchimento do **Anexo II - Localidades atendidas**;

7.3.3. Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos diretos e indiretos e despesas relativas à execução do objeto a ser contratado, tais como: tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto;

7.3.3.1. Quaisquer tributos, custos diretos ou indiretos e despesas omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexequível, serão considerados como inclusos no valor da proposta, não sendo considerados pleitos de reajustes, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais;

7.3.4. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO, observado o VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM a que se refira;

7.3.5. Os valores estimados pela Administração servirão de parâmetro de aceitabilidade das propostas ofertadas, tanto para o valor total quanto para os valores unitários de cada um dos itens que compõe a proposta;

7.3.5.1. O valor dos serviços de instalação estão limitados ao valor de uma mensalidade do respectivo link a ser instalado, ou seja, **SERÃO DESCLASSIFICADAS** propostas que, após negociação, restarem com valor de instalação superior ao valor da mensalidade do respectivo item.

7.3.5.2. As propostas com valores superiores àqueles estimados pela Administração poderão ser apreciadas na fase de negociação objetivando sua redução, podendo ser recusadas as propostas que, após serem submetidas à negociação, mantiverem seu preço acima desse valor máximo;

7.3.6. Sendo frustrada a negociação para atingir o valor estimado pela Administração e dado ao licitante interessado o direito de comprovar as razões pelas quais sua proposta apresenta preço superior valor estimado, se:

7.3.6.1. **Não restar comprovado** que o valor da proposta ofertada é compatível com os preços de mercado, **o Pregoeiro recusará sua proposta** e direcionará à licitante imediatamente classificada, e assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta julgada aceitável;

7.3.6.2. **Restar comprovado** que o valor da proposta ofertada é compatível com os preços de mercado, estando justificadamente acima do valor estimado pela Administração, **o Pregoeiro poderá aceitar a proposta**.

7.3.7. Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os critérios estabelecidos neste item;

7.3.8. Será declarado vencedor o licitante que ofertar o menor preço para o item.

7.3.9. Os itens 01 e 02 deverão ser contratados para fornecedores distintos, de forma que, se o mesmo licitante apresentar melhor proposta para ambos os itens, deverá optar por um deles.

7.4 DA VISTORIA TÉCNICA:

7.4.1. O TRE-RO **recomenda** que as licitantes interessadas realizar ofertas nos itens 01 e 02 que visitem os endereços de instalação indicados em cada item para ter conhecimento de todas as condições do local e dirimir possíveis dúvidas sobre o nível de complexidade e as expectativas da contratante para o objeto a ser licitado.

7.4.2 A vistoria técnica não é condição para participar do certame, mas a licitante fica ciente de que não poderá alegar posteriormente qualquer intercorrência relacionada ao não conhecimento prévio das condições da infraestrutura e dos dados do contratante.

7.5 HABILITAÇÃO TÉCNICA:

7.5.1. As licitantes deverão apresentar as seguintes documentações;

7.5.1.1. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional em nome da empresa, comprovando a prestação de serviços ou execução de atividades de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), no Estado de Rondônia, com largura de banda maior ou igual a 50% (cinquenta por cento) da largura de banda ofertada.

7.5.1.1.1. Os atestados poderão ser expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar no mínimo o CNPJ e endereço da entidade emitente, além de conter a data de emissão, número e vigência do contrato, o nome, função e telefone do responsável e no atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado o nome completo e CPF do signatário. Tratando-se de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, **poderão** ser apresentados com firma reconhecida em cartório da assinatura aposta, evitando-se eventuais diligências de veracidade pelo Pregoeiro.

7.5.1.1.2. O atestado exigido neste TR considerou velocidade de link 50% do pretendido, de maneira que não será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica na prestação do serviço. Sendo necessário ao menos 01 (um) atestado que preencha o requisito listado.

7.5.1.2. Outorga emitida pela ANATEL para operar enlaces de comunicação de dados multimídia, no mínimo, em todo o território de abrangência do respectivo item ofertado.

7.5.1.3. A contratada deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:

7.5.1.3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, 02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS) nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps.

7.5.1.3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a no mínimo 02 IX (PTT) - Ponto de Troca de Tráfego Nacionais.

8. DO CONTRATO

8.1 PROCEDIMENTO PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

8.1.1. Em face das demandas e na existência de disponibilidade orçamentária para a contratação, a adjudicatária será formalmente convocada, dentro do prazo de validade do compromisso, para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.

8.1.2. No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade, podendo ser consultado o SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a compromissária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.**

8.1.3. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO no prazo máximo de 03 (três) dias úteis

8.1.4. Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a **assinatura eletrônica** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

8.1.5. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para assinatura, preferencialmente, digital e devolução direta ou impressão, assinatura física e devolução via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.**

8.1.6. Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

8.1.7. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

8.1.8. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

8.1.9. O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

8.2. DA VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

8.2.1. De acordo com a definição apresentada no art. 15 da Instrução Normativa n. 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

“Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.

8.2.2. Como visto, não existe um rol taxativo de serviços que devem ser caracterizados como continuados, haja vista a necessidade de analisar o contexto fático de cada contratação, a fim de verificar o preenchimento ou não das características elencadas. O que caracteriza um serviço como de natureza contínua é a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público.

8.2.3. Assim, é possível concluir que a presente contratação é um serviço continuado, pois é prestado de forma permanente para garantir a interligação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e/ou suas unidades à rede mundial de computadores, Internet, sendo que tal serviço é estrutura de comunicação imprescindível às atividades judiciais e administrativas.

8.2.4. Nessa linha, o prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, por igual período, tendo como condição para contratação com esta administração, a regularidade perante a Fazenda Federal, Justiça Trabalhista, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e manutenção destas regularidades e fiel execução do objeto para prorrogação do contratual.

8.3. DO REAJUSTE E DE EVENTUAL REEQUILÍBRIO

8.3.1. Os valores contratados neste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{IST I - IST Io}{IST Io} \times 100$$

Onde:

I) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

Io = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

II) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

Io = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

8.3.1.1. O valor reajustado poderá ser registrado por intermédio de apostila;

8.3.2. Admite-se **eventual reequilíbrio** na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

8.4. DAS ALTERAÇÕES:

8.4.1. Conforme indicado no edoc da Análise de Viabilidade da contratação (0409320), quando do registro dos requisitos de manutenção do contrato, como medida prudencial, para mitigar de riscos à solução contratada e afastar a possibilidade de sua descontinuidade, deve-se considerar a possibilidade de ampliação das demandas que ensejarão potenciais manutenções adaptativas e/ou evolutivas.

8.4.2. Dentre essas, ressaltam-se a instalação de novas zonas eleitorais e/ou postos de atendimento ao eleitor, a reestruturação organizacional ou quaisquer circunstâncias contingenciais supervenientes à assinatura contratual.

8.4.3. Assim, considera-se a possibilidade de termo aditivo com percentual superior ao permitido pela legislação (25%), que por força dos §§ primeiro e segundo do artigo 65 da Lei Federal n. 8.666/93 nos é imputado. Em **situações excepcionais**, pode-se considerar a Decisão Plenária do TCU n. 215/99, pela qual acena favorável que, devidamente justificada, a inobservância dos limites acima citados pode ser acatada.

8.4.4. Eventuais supressões superiores ao limite definido no § 1º, serão objeto de acordo entre as partes, na forma do § 2º, II, do mesmo artigo 65 da Lei de Licitações.

8.5. DAS VEDAÇÕES:

8.5.1. Tratando-se de faculdade conferida pelo no art. 72 da Lei n. 8.666/93, fica **vedada a subcontratação** dos Serviços de Comunicação Multimídia (SCM) para os **Links de Acesso a Internet Dedicados (itens 01 e 02)**, devendo a contratada possuir infraestrutura própria para prestá-lo fim-a-fim, ou seja, do Data Center do TRE-RO até aos Sistemas Autônomos (AS);

8.5.2. **Será admitida a subcontratação para os itens 03 e 04**, neste caso a CONTRATADA será a única responsável pela entrega dos serviços ao TRIBUNAL, conforme especificado neste Termo de Referência;

8.5.2.1. A CONTRATANTE não fará interações técnicas nem administrativas com a subcontratada.

9. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1.1. Além de outras obrigações previstas neste Instrumento no Edital de Pregão e seus anexos, são obrigações da Contratante:

9.1.1.1. Cumprir e fazer cumprir todas as condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos e na proposta da Contratada;

9.1.1.2. Expedir Ordem de Serviço determinando à Contratada a execução dos serviços instalação, alteração de endereço e desinstalação de link;

9.1.1.3. Receber provisoriamente os serviços de instalação dos links no ato de sua entrega pela Contratada, mediante aferição da largura de banda instalada no local e emissão de Termo de Recebimento Provisório expedido pelo Fiscal do Contrato.

a) somente será recebida instalação que a aferição de largura de banda resulte em velocidade igual ou superior ao previsto;

b) recusar os serviços entregues em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, no Edital, na proposta da Contratada e no Contrato ou que apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, mediante expedição de Termo de Recusa de Serviços emitido pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, do qual deverá constar o motivo da recusa, prazo para correção dos serviços e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento dessa obrigação;

c) o recebimento provisório dos serviços não implica sua aceitação.

9.1.1.4. o recebimento definitivo dos serviços de instalação se dará automaticamente no prazo de 03(três) dias úteis, sem que tenham havidos registros de interrupção dos serviços.

9.1.1.5. prestar as informações/esclarecimentos solicitados pela contratada relacionados e necessários à execução dos serviços contratados;

9.1.1.6. Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando nos autos as falhas detectadas e comunicando à contratada quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

9.1.1.7. Notificar a contratada para cumprir obrigação assumida com a assinatura do contrato, dando-lhe o prazo que entender compatível para o adimplemento, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

9.1.1.8. analisar e conceder ou denegar pedidos de prorrogação de prazo de execução ou de correção dos serviços;

9.1.1.9. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento;

9.1.1.10. tomar todas as medidas respaldadas pela legislação e pelas regras da contratação (edital e contrato) para garantir a plena execução dos serviços contratados e todas as demais obrigações estabelecidas pelo contrato.

9.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.2.1. Além das demais obrigações previstas no Edital de Pregão e seus anexos, são obrigações da Contratada:

9.2.1.1. Executar o objeto do Contrato de acordo com as especificações, condições, preços e prazos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico, em sua proposta e no Contrato, em especial no que se refere às características dos equipamentos que compõem a infraestrutura de prestação dos serviços e aos procedimentos de implantação e características dos links de comunicação necessários à execução dos serviços;

9.2.1.2. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;

9.2.1.3. Instalar ou alterar o endereço dos links nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

9.2.1.4. Manter o serviço funcional e sem interrupções, contados da entrega formal da instalação;

a) O transcurso de 03(três) dias úteis sem registro de interrupção dos serviços é condição para que seja efetuado o recebimento definitivo da implantação.

b) Em caso de interrupção do funcionamento do serviço neste período, o prazo será interrompido e reiniciada a contagem;

c) Serão admitidas apenas duas ocorrências interrupções dos serviços com o reinício de contagem do período sem aplicação de sanções administrativas;

d) No caso de links instalados para atender períodos curtos e pré determinados, a interrupção dos serviços que prejudique o andamento dos serviços poderá caracterizar inexecução contratual.

9.2.1.5. Prestar suporte técnico, durante toda a vigência do contrato, por meio de telefone do tipo 0800, aplicativo de mensagem, sítio eletrônico e/ou e-mail, com a finalidade de resolver problemas de funcionamento ou orientar o TRE-RO quanto à perfeita utilização dos serviços contratados, durante 24 horas por dia e 07 dias por semana, incluindo fins-de-semana e feriados;

9.2.1.6. Solucionar os problemas de funcionamento dos serviços nos prazos máximos estipulados no objeto, contados da abertura do chamado para prestação do suporte técnico;

9.2.1.7. Garantir os requisitos de **qualidade e disponibilidade** estipulados no objeto, sob pena de aplicação dos descontos previstos nas regras do Acordo de Nível de Serviço;

9.2.1.8. Realizar as alterações de endereço dos links nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

9.2.1.9. Desinstalar links, com o devido recolhimento dos equipamentos, nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

9.2.1.10. Apresentar, até o 5º dia do mês subsequente à execução dos serviços, Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente, na forma eletrônica, discriminando os serviços executados e os respectivos valores de cada um deles, devendo o vencimento da referida Nota Fiscal/Fatura ser de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis, contados da sua apresentação;

a) A Nota Fiscal/Fatura, na forma eletrônica, poderá ser encaminhada através do correio eletrônico contratosti@tre-ro.jus.br ou disponibilizada para download em sítio eletrônico, desde que haja notificação à contratante na data em que a NF/fatura for disponibilizada;



9.2.1.11. Dirigir à Gestão do Contrato eventuais pedidos justificados de prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações;

9.2.1.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Eventuais acréscimos superiores a esse percentual, em situações excepcionais, obedecerão aos requisitos definidos na Decisão Plenária do TCU n. 215/99. As supressões acima desse limite poderão ocorrer por acordo entre as partes;

9.2.1.13. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.1.14. Cumprir determinação do Fiscal do Contrato para adimplemento de obrigação assumida com a celebração do ajuste, no prazo determinado na notificação, sob pena de aplicação de penalidades caso persista, de forma injustificada, a inadimplência;

9.2.1.15. assinar, junto com o contrato, os **Termo de Responsabilidade e Sigilo** e apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação pelo fiscal ou gestor;

9.2.1.16. Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Contratante;

9.2.1.17. Responder, nos termos do Artigo 70, da Lei n. 8.666/93, por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais causados ao contratante ou a terceiros, por seus empregados, prestadores de serviços e prepostos, em atividade nas dependências do contratante ou outras a seu mando, desde que fique comprovada a responsabilidade;

9.2.1.18. Assumir total responsabilidade pelo controle de obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias que contrair em razão da prestação de serviços;

9.2.1.19. Não admitir no seu quadro societário, de funcionários ou prestadores de serviços, funcionário ou membro da administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ainda que em gozo de licença não remunerada nas hipóteses em que couber, mesmo na condição de subcontratado;

9.2.1.20. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

9.3 DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

9.3.1. O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é o ajuste estabelecido entre o órgão contratante e a contratada prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

9.3.2. O principal instrumento de controle utilizado durante a execução contratual será a **“Avaliação da qualidade da prestação dos serviços pela contratada”**;

9.3.3. A verificação do cumprimento da qualidade e disponibilidade mínimas definidos neste instrumento, será feita com base no monitoramento da ferramenta do Contratante e/ou de ferramenta similar oferecida pela contratada;

9.3.4. O Período de Não Funcionamento do Enlace - PNF será registrado em minutos, sendo iniciado a partir do momento da indisponibilidade do enlace e encerrado no momento aceite da manutenção (fechamento do chamado) efetivado pela fiscalização do Contrato;

9.3.5. O somatório dos PNF será o tempo considerado como base para avaliar o cumprimento da disponibilidade mínima mensal dos serviços contratados;

9.3.6. Quando o somatório dos PNF, no mês, for menor ou igual a indisponibilidade mensal admitida, o valor referente a esse período de indisponibilidade será descontado do valor contratado, sendo o valor do desconto obtido da seguinte forma:

$$VD = \left[\frac{VMAE}{DM} \times \Sigma PNF \right]$$

Onde ,

VD = Valor do desconto

VMAE = Valor mensal do enlace

DM = Disponibilidade mensal (quantidade de dias do mês x 1.400 minutos)

Σ PNF = Somatório de todos os Período de Não Funcionamento do Enlace – PNF no mês (em minutos)

9.3.7. Quando o somatório dos PNF, no mês, for superior a indisponibilidade mensal admitida, o valor referente a esse período de indisponibilidade será descontado do valor contratado, sendo o valor do desconto referente ao tempo de indisponibilidade que extrapolar esse percentual o dobro do valor contratado, obtido da seguinte forma:

$$VD = \left[\frac{VMAE}{DM} \times (1 - DMC) \times DM \right] + 2 \times \left\{ \frac{VMAE}{DM} \times [\Sigma PNF - (1 - DMC) \times DM] \right\}$$

Onde ,

VD = Valor do desconto

VMAE = Valor mensal da assinatura do enlace

DM = Disponibilidade mensal (quantidade de dias do mês x 1.400 minutos)

DMC = Disponibilidade mensal contratada (conforme especificado no objeto)

Σ PNF = Somatório de todos os Período de Não Funcionamento do Enlace – PNF no mês (em minutos)

9.3.8. Não serão computados no PNF os minutos de paradas programadas, solicitadas com antecedência mínima de 72h a contratante, que poderá indeferir o pedido em razão de conflito do período com atividades essenciais do órgão.

9.4 DO PAGAMENTO:

9.4.1. O pagamento do objeto será efetuado mensalmente, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 10 dias corridos contado da data em que for devidamente atestada a Fatura/Nota Fiscal pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

9.4.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, até o 5º dia do mês subsequente à execução dos serviços, Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente, na forma eletrônica, discriminando os serviços mensais e/ou eventuais executados e os respectivos valores de cada um deles, comprovando, sempre que solicitado,



regularidade junto ao SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça, sendo que a regularidade junto ao SICAF, poderá ser suprida pela apresentação de comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.3. A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser apresentada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos antes da data de seu vencimento, para que o Gestor ou Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite;

9.4.4. A Nota Fiscal/Fatura, na forma eletrônica, deverá ser encaminhada para o e-mail contratosti@tre-ro.jus.br ou outro informado pela contratante;

9.4.4.1. A Nota Fiscal/Fatura poderá ser disponibilizada em sistema WEB, desde que envie notificação, sempre que uma nova fatura for disponibilizada, ao e-mail contratosti@tre-ro.jus.br ou outro informado pela contratante;

9.4.4.2. Poderá haver faturamento proporcional (pró-rata) da data de instalação do link até o fechamento do período de faturamento ou do início do período até a desativação do link;

9.4.4.3. Quando do faturamento pró-rata, a contratada deverá fazer constar na fatura o período de faturamento e respectiva localidade.

9.4.4.4. Nos casos de links eventuais de acesso à Internet banda larga que forem utilizados por período inferior a 15 dias, o pagamento será de 50% (cinquenta por cento) da respectiva mensalidade;

9.4.5. Quando da execução de serviços de instalação, o faturamento dos mesmos deverá ser incluído na fatura do mês de referência com a devida descrição e indicação da localidade atendida;

9.4.6. Os descontos referentes aos Períodos de Não Funcionamento do Enlace – PNF, conforme previsto neste instrumento, deverão ser contemplados nas faturas apresentadas, caso isso não ocorra, esses valores serão glosados no momento do pagamento;

9.4.7. Caso a contratada não apresente regularidade perante a Fazenda Federal, Justiça Trabalhista, à Seguridade Social (INSS) ou ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o fiscal do contrato notificará a empresa para regularização da situação, dando prazo para cumprimento da determinação, sujeitando-se a contratada, no caso de não adimplir essa obrigação, à penalidade prevista para o não cumprimento da determinação do fiscal do contrato;

9.4.8. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida;

9.4.9. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à CONTRATADA para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança;

9.4.10. Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sob pena de decadência;

9.4.11. Valores relativos à obrigações financeiras decorrentes de aplicação de penalidade pela Administração poderão ser descontados de pagamentos devidos à contratada, até que as penalidades sejam liquidadas;

9.4.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100) I = 0,00016438$

365 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.4.13. A compensação financeira prevista deverá ser incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Se a licitante vencedora descumprir as condições do Edital de Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas leis . 10.520/02 e n. 8.666/93.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/02 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/05, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

10.2.1. quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Termo de Contrato;

10.2.2. deixar de entregar documentação exigida no edital;

10.2.3. apresentar documentação falsa;

10.2.4. não mantiver a proposta;

10.2.5. comportar-se de modo inidôneo;

10.2.6. fizer declaração falsa;

10.2.7. cometer fraude fiscal;

10.2.8. ensejar o retardamento da execução do objeto do certame; e

10.2.9. falhar ou fraudar na execução do contrato.

10.3 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas em decorrência da assinatura do contrato, garantida a ampla e prévia defesa, sujeitará a contratada à multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, **sem prejuízo da possibilidade de declaração da inexecução parcial ou total do contrato**, na seguinte forma:

Tabela 5 - Penalidades



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFERÊNCIA
Atraso injustificado de 1(um) a 10(dez) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 10(dez) dias.	Valor instalação do link afetado
Atraso injustificado de 11(once) a 30(trinta) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Mora contratual	ALTA	Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da instalação do link + multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, até o limite de 20(vinte) dias.	Valor instalação do link afetado e valor do contrato
Atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da instalação do link + Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor instalação do link afetado e valor do contrato
Terceira interrupção dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	BAIXA	Multa de 5% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Quarta interrupção dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 10% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Quinta e demais interrupções dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	ALTA	Multa de 20% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(uma) a 5(cinco) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviço.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 1% (um por cento) por hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 6(seis) a 10 (dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviço.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 5% (cinco por cento) + multa de 2% (dois) a hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado superior a 10 (dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos	Mora contratual	ALTA	Multa de 15% (quinze por cento) + multa de 3% (três por cento) a hora, até o momento da	Valor da mensalidade do link afetado

Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFERÊNCIA
serviços.			solução do problema de funcionamento, até o limite de 60% do valor da mensalidade.	
Atraso injustificado de 1(uma) a 5(cinco) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Mora contratual	ALTA	Multa de 5% (dois por cento) a hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 6(seis) a 10(dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Mora contratual	ALTA	Multa de 25% (vinte por cento) + multa de 0,2% (vinte centésimos por cento) a hora, até o limite de 10(dez) horas.	Valor da mensalidade do link afetado e Valor do contrato
Atraso injustificado superior a 10(dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da assinatura do link + Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor da mensalidade do link afetado e Valor do contrato
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal durante 5(cinco) meses não consecutivos em um período de 12(doze) meses.	Inexecução contratual	BAIXA	Multa de 10%	Valor da mensalidade do link afetado
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal por dois meses consecutivos.	Inexecução contratual	MÉDIA	Multa de 20%	Valor da mensalidade do link afetado
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal por três meses consecutivos.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 30%	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(um) a 3(três) dias na instalação de links banda larga.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 1% (um por cento) ao dia, até o limite de 3 (três) dias.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 4(quatro) a 7 (sete) dias na	Inexecução contratual	MÉDIA	Multa de 3% (três por cento) + multa de 2%	Valor da mensalidade



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFERÊNCIA
instalação de links banda larga.			(dois por cento) ao dia, até o limite de 4(quatro) dias.	link afetado
Atraso injustificado superior a 7(sete) dias na instalação de links banda larga.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 11% (onze por cento) sobre o valor da mensalidade + multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	Valor da mensalidade do link afetado e valor do contrato
Interrupções dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE de links Banda Larga que prejudique o andamento das atividades	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ordem de serviço para o link afetado + Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor da ordem de serviço do link afetado e valor do contrato
Primeiro atraso injustificado de 3(três) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 0,5%	Valor do contrato
Segundo atraso injustificado de 05(cinco) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 1%	Valor do contrato
Terceiro atraso injustificado de 05(cinco) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 2%	Valor do contrato
Quarto atraso injustificado de 05(cinco) dias ou primeiro atraso superior a 7(sete) dias.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 5% + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor do contrato

10.4 Poderão ser aplicadas à licitante vencedora, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste edital e seus anexos, as seguintes penalidades:

10.4.1. advertência;

10.4.2. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

10.4.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

10.5 As sanções previstas neste capítulo SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, deste instrumento, poderão ser aplicadas de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital;

10.6 Da aplicação de penalidades será garantido o direito do contraditório e da ampla defesa;

10.7 No caso de a adjudicatária ou contratada ter valor a receber deste Tribunal e não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.(Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011);

10.8 No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a Contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE-RO 05/2009);

10.9 No caso de a contratada não ter nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação aplicada será recolhido através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

10.10 No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei n. 10.522/02);

10.11 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2;

10.12 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante;

11. DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. O Coordenador de Segurança, Infraestrutura e Comunicação, ou seu substituto ficará responsável pela gestão do contrato;

11.2. A Seção de Infraestrutura e Comunicação ficará responsável pela fiscalização do contrato;

12. DOS ANEXOS

12.1. São anexos deste TR:

12.1.1. Anexo I - Modelo padrão de proposta de preços ([0877427](#));

12.1.2. Anexo II - Localidades atendidas ([0877694](#))

12.1.3. Anexo III - Termo de responsabilidade e sigilo ([0888932](#))



Documento assinado eletronicamente por **FILIPPE TEIXEIRA, Coordenador(a)**, em 04/10/2022, às 10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUZEVAN SARAIVA DA SILVA, Chefe de Seção**, em 04/10/2022, às 10:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Azevedo Andrade Júnior, Chefe de Seção**, em 04/10/2022, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE BARRETO MARROCOS, Chefe de Seção em Substituição**, em 04/10/2022, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0892767** e o código CRC **CA92543E**.

0002624-28.2021.6.22.8000

0892767v15

Criado por 012884032305, versão 15 por 012884032305 em 03/10/2022 17:30:27.



ANEXO V

MINUTA - CONTRATO N. ____/2022-2022/TRE/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0002624-28.2021.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E BANDA LARGA.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa _____, CNPJ nº. _____, com sede na Rua _____, n. _____, Bairro _____, CEP: _____, Cidade _____, Estado _____, E-mail(s): _____, Telefone (s): (____) _____, neste ato representada por _____, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG _____ e CPF _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com o Edital de Pregão respectivo e seus Anexos e consoante: Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. ____/____-PRES/DG/GABDG, de ____/____/____; Termo de Homologação do Pregão Eletrônico constante no Despacho n. ____-PRES/DG/GABDG, de ____/____/____; Determinação para lavratura do Contrato constante no Despacho n. ____/____-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC, de ____/____/____, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Art. 55, I, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de links de comunicação redundantes para prover acesso à internet a toda Justiça Eleitoral de Rondônia, além de suportar os serviços de trabalho remoto e transmissão de resultados das Eleições, de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, proposta da CONTRATADA, conforme detalhamento na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Objeto			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
01	Link de acesso à Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	



Tabela 1 - Objeto

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
02	Link de acesso à Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	
03	Link eventual de acesso à Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps	Mensalidade	
04	Link eventual de acesso à Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos para esta contratação, conforme detalhado no Capítulo 4 do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Segunda – Mediante a assinatura deste instrumento também está sendo assinado o “Termo de Responsabilidade e Sigilo” indicado no Termo de Referência respectivo (Anexo III) e reproduzido no Anexo I deste instrumento, o qual deverá ser integralmente cumprido pela CONTRATADA.

Subcláusula Terceira – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo e seus anexos, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

DO DETALHAMENTO DO OBJETO

(Art. 55, II e IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Os serviços objeto deste contrato estão divididos da seguinte forma:

I) - Item 01 – Link de acesso à Internet de 500 (quinhentos) Mbps.

Requisitos:

1. Prover comunicação de dados entre a Justiça Eleitoral de Rondônia e a rede mundial de computadores;
2. Serviço dedicado de acesso à internet com os seguintes requisitos do enlace:
 - 2.1. mínimo de **08 (oito) endereços IPs Fixos e válidos** livres para uso pelo CONTRATANTE;
 - 2.2. largura de banda (throughput) simétrico de **500Mbps (quinhentos megabits por segundo)**;
 - 2.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;
 - 2.4. prazo para restabelecimento do enlace **menor que 06 horas**;
3. A CONTRATADA deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:

-
- 3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, **02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS)** nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps.
- 3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a **no mínimo 02 PTT's** (Ponto de Troca de Tráfego Nacionais);
- 3.3. A CONTRATADA deve ter conexão direta com, pelo menos, **01 (um) AS internacional** com velocidade mínima de 05Gbps;
4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela CONTRATADA.
5. A CONTRATADA deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados. Caso esse requisito não seja atendido, a CONTRATADA não poderá refutar os meios utilizados pelo Contratante para aferir as velocidades contratadas.
- 5.1. Deverá possibilitar consultas SNMP pelo CONTRATANTE ao roteador do serviço, por meio do cadastro de community read-only.
6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.
7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.
8. Ativos de rede (roteadores; modems):
- 8.1. Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatíveis com as velocidades dos links conectados, limitado o uso de memória a 70% do total disponível quando da carga máxima da CPU;
- 8.2. Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, o mesmo deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para o CONTRATANTE;
- 8.3. LAN: Mínimo de 2 (duas) interfaces SFP 1000Base-SX ou RJ45 100/1000BaseT para interconexão com o ambiente de rede do local de instalação;
- 8.4. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com os enlaces WAN fornecidos;
- 8.5. Poderá ser utilizado modem ou outro equipamento para permitir a conexão do roteador CPE ao ambiente WAN da CONTRATADA;
- 8.6. Todos os equipamentos devem possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.
9. Local de instalação:
- a) Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União - Porto Velho/RO, CEP 76.805-901.

II) - Item 02 – Link backup de acesso à Internet de 500 (quinhentos) Mbps.

Requisitos:



1. Prover comunicação de dados entre a Justiça Eleitoral de Rondônia e a rede mundial de computadores;
2. Serviço dedicado de acesso à internet observadas as seguintes métricas:
 - 2.1. mínimo de **08 (oito) endereços IPs Fixos e válidos** livres para uso pelo CONTRATANTE;
 - 2.2. largura de banda (throughput) simétrico de **500Mbps (quinhentos megabits por segundo)**;
 - 2.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;
 - 2.4. prazo para restabelecimento do enlace **menor que 06 horas**;
3. A CONTRATADA deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:
 - 3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, **02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS)** nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps;
 - 3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a **no mínimo 02 PTT's** (Ponto de Troca de Tráfego Nacionais);
 - 3.3. A CONTRATADA deve ter conexão direta com, pelo menos, **01 (um) AS internacional** com velocidade mínima de 05Gbps;
4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela CONTRATADA.
5. A CONTRATADA deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados. Caso esse requisito não seja atendido, a CONTRATADA não poderá refutar os meios utilizados pelo CONTRATANTE para aferir as velocidades contratadas.
 - 5.1. Deverá possibilitar consultas SNMP pelo CONTRATANTE ao roteador do serviço, por meio do cadastro de community read-only.
6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.
7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.
8. Ativos de rede (roteadores; modems):
 - 8.1. Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatíveis com as velocidades dos links conectados, limitado o uso de memória a 70% do total disponível quando da carga máxima da CPU;
 - 8.2. Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, ele deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para o CONTRATANTE;
 - 8.3. LAN: Mínimo de 2 (duas) interfaces SFP 1000Base-SX ou RJ45 100/1000BaseT para interconexão com o ambiente de rede do local de instalação;
 - 8.4. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com os enlaces WAN fornecidos;
 - 8.5. Poderá ser utilizado modem ou outro equipamento para permitir a conexão do roteador CPE ao ambiente WAN da CONTRATADA;

8.6. Todos os equipamentos devem possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

9. Local de instalação:

a) Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União - Porto Velho/RO, CEP 76.805-901.

III) - Item 03 - Link eventual de acesso à Internet Banda Larga de 100 (cem) Mbps.

Requisitos:

1. Prover link eventual de comunicação de dados entre as localidades informadas pela CONTRATADA e a rede mundial de computadores;

2. Abrangência:

2.1 Toda área urbana de Porto Velho;

3. Serviço compartilhado de acesso à internet atendendo as seguintes métricas:

3.1. largura de banda (throughput) para **download** maior ou igual a **100Mbps (cem megabits por segundo)**;

3.2. largura de banda (throughput) para **upload** maior do que **20Mbps (vinte megabits por segundo)**;

3.3. tempo de resposta menor que **100ms (cem milissegundos)**;

3.4. prazo para restabelecimento do enlace menor que 12 h (doze horas);

4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela CONTRATADA.

5. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

6. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

7. Ativos de rede (modems/roteadores):

7.1. Modems/Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes TCP/IP, compatíveis com as velocidades dos links conectados;

7.2. LAN: Mínimo de 1 (uma) interface RJ45 10/100BaseT e função wi-fi para interconexão com o equipamento do CONTRATANTE no local de instalação;

7.3. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com o enlace WAN fornecido;

7.4. O equipamento deve possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

8. Local de instalação:

a) conforme indicação na Ordem de serviço.

IV) - Item 04 - Link eventual de acesso à Internet Banda Larga de 50 (cinquenta) Mbps.

Requisitos comuns, acrescidos de:

1. Prover link eventual de comunicação de dados entre o local de instalação e a rede mundial de computadores;
2. Abrangência:
 - 2.1. mínima de todas as 52 zonas urbanas dos municípios do Estado de Rondônia e;
 - 2.2. pelo menos, 11 (33%) das localidades listadas na *Tabela 2 - Localidades rurais*;
 - 2.3. eventuais localidades listadas na *Tabela 3 - Localidades de difícil acesso*;
3. Serviço compartilhado de acesso à internet atendendo as seguintes métricas:
 - 3.1. largura de banda (throughput) para **download** maior ou igual a **50Mbps (cinquenta megabits por segundo)**;
 - 3.2. largura de banda (throughput) para **upload** maior do que **10Mbps (dez megabits por segundo)**;
 - 3.3. tempo de resposta menor que **100ms (cem milissegundos)**;
 - 3.4. prazo para restabelecimento do enlace menor que 12 h (doze horas);
4. Em caso de inviabilidade de velocidades maiores, **serão aceitas reduções** das velocidades contratadas **em até:**
 - 4.1. **80%** para as instalações **fora do perímetro urbano**:
 - a) largura de banda para download maior ou igual a 10 Mbps (dez megabits por segundo);
 - 4.2. **90%** para instalações nas localidades listadas na *Tabela 2 - Localidades rurais e Tabela 3 - Localidades de difícil acesso*:
 - a) largura de banda para download maior ou igual a 5 Mbps (cinco megabits por segundo);
 - 4.3. Para ambos os casos tempo de resposta menor que **200ms (duzentos milissegundos)**;
 - 4.5. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela CONTRATADA.
 - 4.6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7 dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.
 - 4.7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.
 - 4.8. Ativos de rede (modems/roteadores):
 - 4.8.1. Modems/Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes TCP/IP, compatíveis com as velocidades dos links conectados;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

4.8.2. LAN: Mínimo de 1 (uma) interface RJ45 10/100BaseT para interconexão com o equipamento do CONTRATANTE no local de instalação;

4.8.3. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com o enlace WAN fornecido;

4.8.4. O equipamento deve possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 100 a 240V.

4.9. Local de instalação:

a) conforme indicação na Ordem de serviço.

Tabela 2 - Localidades rurais				
MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Nova Mamoré	Escola Onorina de Souza	Distrito de Nova Dimensão - Linha 28	-10.3648917	-64.8038548
Nova Mamoré	Escola Candido Rondon	3ª Linha do Ribeirão	-10.1349431	-65.1797249
Nova Mamoré	Escola Pedro Mendes Cardoso	Distrito de Jacinópolis	-10.2710917	-64.2823415
Itapuã do Oeste	Cecilia Meireles - Escola Municipal	Linha B40 Km 4 - Setor Rural	-9.285073	-63.2024021
Itapuã do Oeste	Monteiro Lobato - Escola Municipal	Linha 623 - Km 40 Bairro : Zona Rural	-9.1575541	-63.3688143
Porto Velho	Escola Municipal José de Freitas	Linha 9 Bairro : Projeto Assentamento Joana D'arc I	-8.9785946	-64.3159764
Porto Velho	Escola Municipal Riacho Azul	Ramal São Domingos - Km 18 - Reassentamento Riacho Azul	-8.8098326	-64.0287324
Porto Velho	Escola Municipal José Rodrigues	Linha Mucum Bairro : Vila Franciscana	-8.770001	-64.0783213
Costa Marques	Escola Ilton José Martins	BR 429 Km 58 - Distrito São Domingos do Guaporé	-12.0753802	-64.0295475
São Francisco do Guaporé	Escola Municipal Pereira E. Cáceres (Porto Murtinho)	Estrada Porto Murtinho, Km 15, Linha 8, 30 Km da Sede - Bairro: Distrito Porto Murtinho	-12.1910155	-63.4474603
Porto Velho	Escola Marechal Cândido Rondon	Distrito de Abunã	-9.6986392	-65.3677618



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Porto Velho	Escola Barão do Rio Branco	Distrito de Fortaleza do Abunã	-9.7813938	-65.5290656
Porto Velho	Escola Santa Júlia	Comunidade Taquara	-9.8665328	-65.2685271
Porto Velho	Associação dos Moradores da Linha 01	Distrito de União Bandeirantes	-9.5738221	-64.5149607
Porto Velho	Escola Rio Pardo	Distrito de Rio Pardo	-9.6262801	-63.9670073
Porto Velho	Associação Marco Azul (Via Alto Paraíso)	Comunidade Marco Azul	-9.7915781	-63.7773151
Porto Velho	Escola Flor do Cupuaçu	Reassentamento Santa Rita	-9.1117982	-64.1677903
Porto Velho	Aldeia Central – T.I. Karitiana	Aldeia Karitiana	-9.295965	-64.003084
Pimenta Bueno	Assentamento Marcos Freire	Estrada Da Produção	-11.9809487	-61.0887483
Espigão do Oeste	Aldeia Indígena - Cinta Larga	Aldeia Roosevelt	-11.4914152	-60.4653853
Alta Floresta D'Oeste	Escola Municipal Ana Nery - Porto Rolim	Rolim De Moura Do Guaporé	-13.0836601	-62.277121
Alta Floresta D'Oeste	Izidoro Stedille - Escola Municipal	Dist. de Izidolândia, S/N	-12.6032375	-62.1752348
Alta Floresta D'Oeste	Padre Feijó - Escola Municipal - Filadélfia	Linha 105 C/ 152, Km 75, Filadélfia	-12.4368849	-62.04247
Alta Floresta D'Oeste	Boatt Gerainny - Escola Estadual - Aldeia Sao Luiz	Terra Indígena Rio Branco	-12.0052106	-62.4883623
Alto Alegre dos Parecis	João Paulo I - Escola Municipal	Linha 110, Km 135 - Vila Bosco	-12.5080479	-61.619208
Alto Alegre dos Parecis	Fernando Sabino - Escola Municipal (Flor	Linha P 40 Km 105 Dist. Flor Da Serra - (69) 8454-2991 Bairro: Distrito Flor Da Serra	-12.4567914	-61.9139671



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
	da Serra)			
Parecis	Dom Pedro II - Escola Municipal (Pé de Galinha)	Linha Kapa 24, Comunidade Sao Pedro Bairro: Zona Rural	-12.3235837	-61.2866779
Porto Velho	Escola Municipal Henrique Dias	Rua Padre Chiquinho, S/N - Fone Pub. 3230-1030 - Bairro : Distrito São Carlos	-8.4375662	-63.4994858
Porto Velho	Escola Municipal Maria Angelica Queiroz	Distrito Nova Aliança Distrito. De Nova Aliança	-8.6097235	-63.5423095
Porto Velho	Escola Municipal Deigmar Moraes de Souza	Estrada 28 de Novembro S/N Ramal da Penal Bairro: Distrito Cujubim Grande	-8.5857853	-63.7299187
Candeias do Jamari	Escola Cândido Giacomett - PA Flor do Amazonas	Entrocamento Das Linhas 01 E 02 Bairro : Projeto de Assentamento Flor do Amazonas	-8.9800382	-63.5830756
Candeias do Jamari	Escola Mário Covas - Vila Samuel	Vila Nova Samuel - Linha 45	-8.6582968	-63.4123462
Candeias do Jamari	Escola PA Jequitiba	Linha 35 - Km 28 - Vila Boa Esperança Bairro : Projeto de Assentamento Jequitibá	-8.6855096	-63.182756
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal Carlos Chagas	Linha MC 01, Km 77, Núcleo Oriente Novo, Zona Rural	-9.5897758	-62.3938199
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal João Paulo II	Linha MA 28, Km 75, Núcleo Entre Rios, Zona Rural	-9.1746589	-61.7284117
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal Padre Angelo Cerri	RO 133, Km 80, Rua Principal, Distrito Tabajara	-8.9338002	-62.0556962

Tabela 3 - Localidades rurais de difícil acesso

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Guajará-	Escola Salomão Justiniano de Melgar -	Distrito de Surpresa (Via	-11.881789	-65.019885



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Tabela 3 - Localidades rurais de difícil acesso

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Mirim	Distrito de Surpresa	Fluvial)		
Guajará-Mirim	Escola 05 de Julho	Distrito de Ricardo Franco (Fluvial)	-12.01618	-64.82785
Guajará-Mirim	Escola Abrao Koop - Pacaas Novas	Aldeia Indígena de Santo André (Aéreo)	-11.16433	-64.85325
Guajará-Mirim	Escola Possidonio Bastos - Rio Negro Ocaia	Aldeia Indígena Rio Negro Ocaia (Aéreo)	-11.18264	-64.83465
São Francisco do Guaporé	Escola Mun. Euclides da Cunha - (Pedras Negras)	Distrito. Pedras Negras - Rio Guaporé, 600 Km da Sede	-12.852261	-62.901318
Alta Floresta D'Oeste	Kon' Coatt Tupari - Escola Estadual - Aldeia Cajuí (18 km terra + 2 hs de barco 2 tripulante)	Terra Indígena Rio Branco	-12.347236	-62.796459
Porto Velho	Escola Municipal General Osorio	Rua São Jose, S/N - Bairro São Jose - Bairro : Distrito Calama	-8.0240454	-62.873300
Porto Velho	Escola Municipal Aquiles Chaves Paraguassu	Localidade de Papagaios - Baixo Madeira Bairro : Distrito Papagaios	-8.1801129	-63.090413
Porto Velho	Escola Municipal Manoel Maciel Nunes	Rio Madeira S/N Bairro : Distrito Nazaré	-8.1624835	-63.320262
Porto Velho	Escola Estadual Joao de Barros Gouveia	Distrito Demarcação. Distrito. Demarcação - Rio Machado - Bairro: Distrito Demarcação Rio Machado	-8.1710853	-62.779303
Porto Velho	Escola Municipal Francisco Braga	Sede da Reserva Extrativista do Lago do Cuniã, Bairro : Reserva Lago do Cuniã	-8.3178564	-63.497619
Porto Velho	Escola Municipal Castro Alves	Endereço : Santa Catarina S/N Baixo Madeira	-8.2350884	-63.253809

V) Suporte Técnico e SLA (Acordo de Nível de Serviço)

1. A CONTRATADA deverá prestar suporte a contratante por meio de **telefone 0800, Sistema WEB e/ou e-mail, durante 24h/dia, 7 dias/semana**, inclusive sábados, domingos e feriados;

2. O tempo máximo para atendimento dos chamados será de:

2.1. **6h (seis horas)** após a abertura do chamado para os **links dedicados de Internet (itens 01 e 02)**;

2.2. **12h (doze horas)** após a abertura do chamado para os **links de Internet banda larga (itens 03 e 04)**;

2.3. No período compreendido entre os 07 (sete) dias que antecedem e os 02 (dois) dias que sucedem a data de pleitos eleitorais, o tempo de solução dos problemas nos serviços poderá ser reduzido até pela metade do tempo;

2.4. As partes acordarão a redução do tempo de solução dos problemas nos serviços com antecedência de 15 (quinze) dias do início do período.

3. Os links deverão atender aos seguintes níveis de qualidade:

3.1. **Links dedicados de Internet (itens 01 e 02):**

3.1.1. disponibilidade do enlace maior do que **99,7% (noventa e nove e sete décimos por cento)**;

3.1.2. perda de pacotes menor que **2% (dois por cento)**;

3.1.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;

3.2. **Links de Internet banda larga (itens 03 e 04):**

3.2.1. garantia de banda mensal média de **80% (oitenta por cento)**;

3.2.2. disponibilidade do enlace maior do que **96% (noventa e seis por cento)**;

3.2.3. perda de pacotes menor que **5% (cinco por cento)**;

4. Qualquer funcionamento fora dos parâmetros definidos no item 3 desta seção (**Suporte Técnico e SLA**) será considerado como link indisponível até que os parâmetros voltem a ser atendidos;

4.1. A indisponibilidade do link dentro do SLA previsto sujeita a CONTRATADA a desconto na fatura mensal, proporcional ao tempo de indisponibilidade;

4.2. A indisponibilidade do link acima do SLA previsto terá seu desconto calculado em dobro, sem prejuízo às demais penalidades previstas neste contrato;

5. A verificação do cumprimento do SLA definido no item 3 desta seção (**Suporte Técnico e SLA**) será feita com base em **monitoramento por ferramenta ZABBIX ou VMware Operations Manager** da contratante e/ou outra oferecida pela CONTRATADA, desde que aceita pelo CONTRATANTE na **reunião inicial** das partes. Considerando que:

5.1. O PNF – Período de Não Funcionamento do link será computado em minutos a partir da indisponibilidade do enlace;

5.2. O término do PNF será computado a partir do aceite da manutenção (fechamento do chamado) obrigatoriamente feito por um dos técnicos da Seção de Infraestrutura e Comunicação do TRE-RO, ou outra que venha a se responsabilizar pela fiscalização deste contrato, sendo necessária a identificação deste técnico responsável pelo fechamento do chamado;

5.3. O somatório mensal de PNF em minutos (“períodos de não funcionamento do link”) será o tempo considerado como base para avaliar o cumprimento do SLA, e será tomado como base para a aplicação de todos os descontos e penalidades previstas neste documento devido ao não cumprimento deste requisito;

5.4. Não serão computados no PNF os minutos de paradas programadas, solicitadas com antecedência mínima de 72h ao CONTRATANTE, que poderá indeferir o pedido em razão de conflito do período com atividades essenciais do TRE-RO;

VI) Prazos de instalação

1. A CONTRATADA deve seguir os seguintes prazos, contados do recebimento da ordem de serviço:

1.1. **Instalação** de novo circuito ou alteração de endereço:

a) Links **dedicados** de Internet em até **30 (trinta) dias corridos**;

b) Links de Internet **banda larga** em até **07 (sete) dias corridos**;

c) Excepcionalmente, os prazos de instalação poderão ser alterados, desde que acordado previamente entre as partes;

1.2. Após a instalação, o enlace iniciará sua operação por um Período de Funcionamento Experimental - PFE, para testes e ajustes, de:

a) 15 dias corridos, no caso dos links dedicados (itens 01 e 02);

b) 03 dias corridos, no caso dos links banda larga (itens 03 e 04);

1.3. Em caso de interrupção do funcionamento do serviço contratado durante o período experimental, um novo PFE terá início a partir da reativação do serviço;

a) A interrupção referida no item anterior poderá ocorrer, no máximo, duas vezes, após esse limite poderão ser aplicadas as penalidades previstas;

b) Passado o PFE sem ocorrências, o recebimento da instalação será automático, e o circuito estará apto para faturamento;

c) No caso de links instalados para atender períodos curtos e predeterminados, a interrupção dos serviços que prejudique o andamento dos serviços poderá caracterizar inexecução contratual.

1.4. Desinstalação de circuitos, inclusive recolhimento de equipamentos, em até 10 (dez) dias corridos;

a) Em casos de evento com período informado (início e fim) na solicitação de instalação, o recolhimento deve ocorrer no dia seguinte ao final do evento, o recolhimento poderá ocorrer na sede do respectivo cartório eleitoral, caso assim seja acordado durante a instalação;

b) Para fins de faturamento, será considerado a data do pedido como último dia de funcionamento do circuito, para tanto, o TRE-RO se compromete a não mais utilizar o referido;

c) Equipamentos que não forem recolhidos em até 1 (um) ano, poderão ser incorporadas ao patrimônio do Contratante e/ou classificados como inservíveis para fazer parte de processos de doação;



VII) Taxa de Instalação e Pagamento Proporcional

1. Será admitida a cobrança de taxa de instalação no valor de até 1 (uma) mensalidade na implantação dos links ou em eventuais alterações de endereços;
2. Links de acesso à **Internet Banda Larga (itens 3 e 4)**, **SERÁ** admitida a cobrança de taxa de instalação no valor de até 1 (uma) mensalidade;
 - 2.1. Em caso de instalação nas **localidades** listadas nas **Tabelas 2**, será admitida **taxa de instalação com valor até o dobro (2x)**;
 - 2.2. Em caso de instalação nas **localidades** listadas nas **Tabelas 3**, será admitida **taxa de instalação com valor até o triplo (3x)**;
3. Poderão ser solicitados **links** para eventos de **curta duração**, para os quais será devido o **valor proporcional** da mensalidade;
 - 3.1. Para eventos com duração de **até 15 (quinze) dias** será devido percentual de **50% (cinquenta por cento) do valor** de uma mensalidade, com vista a não inviabilizar financeiramente o atendimento;
 - 3.2. Eventos com duração maior serão pagos proporcionalmente.

DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA COMUNS A TODOS OS ITENS

CLÁUSULA TERCEIRA – Quanto aos requisitos de segurança, CONTRATADA deverá observar o que segue:

I - As empresas fornecedoras da solução são integralmente responsáveis pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidos pelo TRE-RO ou contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venham a ter conhecimento durante a etapa de repasse, de execução dos trabalhos e de encerramento dos serviços, não podendo, se não formalmente autorizado pelo TRE-RO, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los a qualquer tempo.

II - empresas deverão possuir nas suas instalações e/ou onde atividades serão executadas de modo remoto, padrões de segurança da informação e de tecnologia da informação para evitar a perda ou o vazamento de informação, ataques externos e tentativas de invasão, como firewall e sistemas antivírus.

III - Deverá ser assinado **Termo de responsabilidade e sigilo** pelas contratadas de cada solução, por meio de seu representante legal, estabelecendo o compromisso de não divulgar, não reproduzir e não utilizar nenhum assunto tratado ou produto resultante da prestação de serviços objeto da licitação, conforme **ANEXO III DO TR**.

IV - A Contratada compromete-se, também, a adotar boas práticas de segurança da informação, caso ainda não tenha uma política de segurança da informação implantada, e exigir que cada profissional a serviço da empresa tome ciência do **Termo de responsabilidade e sigilo** assinado pela Contratada.

V - O correio eletrônico e a navegação em sítios da internet a partir do ambiente de rede do TRE-RO poderão, a exclusivo critério do TRE-RO, ser objeto de controle e auditoria.

VI - A Contratada deverá manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços de telecomunicações contratados.



VII - Como boa prática, a Contratada poderá manter em seus quadros técnicos especialistas em segurança e, também, prover serviços específicos de prevenção e reação a incidentes de segurança em Tecnologia da Informação.

VIII - A Contratada deverá configurar de maneira apropriada os elementos de rede para habilitar o log dos eventos da rede do TRE-RO, tais como conexões externas e registros de utilização de serviços (arquivos transferidos via FTP, acessos a páginas web e tentativas de *login* não autorizado).

IX - A Contratada deverá notificar imediatamente ao TRE-RO sempre que for detectada ameaça ou ataque à rede contratada, informando o tipo da ocorrência a ação de resposta e as recomendações pertinentes.

X - A Contratada deverá aplicar e manter atualizados os patches de segurança nos seus roteadores ou em outros equipamentos de suas redes, utilizados para atender ao TRE-RO.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, realizada na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço global, por item.

DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – Quanto à subcontratação, deverá ser observado o que segue:

I - Tratando-se de faculdade conferida pelo no art. 72 da Lei n. 8.666/93, fica vedada a subcontratação dos Serviços de Comunicação Multimídia (SCM) para os Links de Acesso à Internet Dedicados (**itens 01 e 02**), devendo a Contratada possuir infraestrutura própria para prestá-lo fim-a-fim, ou seja, do Data Center do TRE-RO até aos Sistemas Autônomos (AS);

II - Será admitida a subcontratação para os itens 03 e 04, neste caso a CONTRATADA será a única responsável pela entrega dos serviços ao TRE-RO, conforme especificado no contrato, observando que:

a) O CONTRATANTE não fará interações técnicas nem administrativas com a subcontratada.

DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – Este Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua assinatura no sistema eletrônico de informação – SEI, e poderá vir a ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93, por igual período.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – O valor estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____), para todo o período de vigência contratual, conforme proposta da CONTRATADA e detalhamento a seguir:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Instalação/Mudança de endereço	Evento			
	Link de acesso à Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade			
2	Instalação/Mudança de endereço	Evento			
	Link de acesso à Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade			
3	Instalação	Evento			
	Link eventual de acesso à Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps	Mensalidade			
4	Instalação	Evento			
	Link eventual de acesso à Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade			
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO					R\$

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - O valor deste Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a efetivar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

Subcláusula Terceira – As despesas com a execução do presente Contrato correrão inicialmente à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia de 2022, no Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa: 33.90.40.13, conforme Nota de Empenho nº. _____, datada de ____/____/2022, a ser reforçada, caso necessário, e para os demais exercícios as despesas com a execução correrão à conta dos recursos constantes das propostas orçamentária do TRE-RO, consoante detalhamento orçamentário a seguir:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário
Ordinário	Contratos de Serviços de acesso à internet via links dedicados
Pleito	Contratação links de comunicação adic. p/ ambientes apuração, comissões e transm. de resultados

DO REAJUSTE

(Art. 55, III, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA - Os preços dos serviços contratados serão reajustados anualmente pela variação do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações), observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{IST\ I - IST\ I_0}{IST\ I_0} \times 100$$

Onde:

I) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

II) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado.

Subcláusula Única - O valor reajustado poderá ser registrado por intermédio de Apostila.

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)



CLÁUSULA NONA – Os pagamentos deste objeto à CONTRATADA serão efetuados mensalmente, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 10 (dez) dias corridos contado da data em que for devidamente atestada a Fatura/Nota Fiscal pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços, observado o que segue:

I - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à execução dos serviços, Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente, na forma eletrônica, discriminando os serviços mensais e/ou eventuais executados e os respectivos valores de cada um deles, comprovando, sempre que solicitado, regularidade junto ao SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça, sendo que a regularidade junto ao SICAF, poderá ser suprida pela apresentação de comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

II - A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser apresentada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos antes da data de seu vencimento, para que o Gestor ou Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite;

III - A Nota Fiscal/Fatura, na forma eletrônica, deverá ser encaminhada para o e-mail: contratosti@tre-ro.jus.br ou outro informado pelo CONTRATANTE, observando que:

a) A Nota Fiscal/Fatura poderá ser disponibilizada em sistema WEB, desde que envie notificação, sempre que uma nova fatura for disponibilizada, ao e-mail: contratosti@tre-ro.jus.br ou outro informado pelo CONTRATANTE;

b) Poderá haver faturamento proporcional (pró-rata) da data de instalação do link até o fechamento do período de faturamento ou do início do período até a desativação do link;

c) Quando do faturamento pró-rata, a CONTRATADA deverá fazer constar na fatura o período de faturamento e respectiva localidade; e

d) Nos casos de links eventuais de acesso à Internet banda larga que forem utilizados por período inferior a 15 (quinze) dias, o pagamento será de 50% (cinquenta por cento) da respectiva mensalidade;

V - Quando da execução de serviços de instalação, o faturamento dos mesmos deverá ser incluído na fatura do mês de referência com a devida descrição e indicação da localidade atendida;

VI - Os descontos referentes aos Períodos de Não Funcionamento do Enlace – PNF, conforme previsto neste instrumento, deverão ser contemplados nas faturas apresentadas, caso isso não ocorra, esses valores serão glosados no momento do pagamento;

VII - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade perante a Fazenda Federal, Justiça Trabalhista, à Seguridade Social (INSS) ou ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o fiscal do contrato notificará a empresa para regularização da situação, dando prazo para cumprimento da determinação, sujeitando-se a CONTRATADA, no caso de não adimplir essa obrigação, à penalidade prevista para o não cumprimento da determinação do fiscal do contrato;

VIII - Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida;

IX - Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à CONTRATADA para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança;

X - Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sob pena de decadência;

XI - Valores relativos às obrigações financeiras decorrentes de aplicação de penalidade pela Administração poderão ser descontados de pagamentos devidos à contratada, até que as penalidades sejam liquidadas;



XII - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

XIII - A compensação financeira prevista deverá ser incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

(Art. 6º, Parágrafo único, do Decreto Federal 9.507/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA – Quanto ao Acordo de Nível de Serviço – ANS, deverá ser observado o que segue:

I - O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é o ajuste estabelecido entre o órgão CONTRATANTE e a CONTRATADA prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

II - O principal instrumento de controle utilizado durante a execução contratual será a “Avaliação da qualidade da prestação dos serviços pela CONTRATADA”;

III - A verificação do cumprimento da qualidade e disponibilidade mínimas definidos neste instrumento, será feita com base no monitoramento da ferramenta do CONTRATANTE e/ou de ferramenta similar oferecida pela CONTRATADA;

IV - O Período de Não Funcionamento do Enlace - PNF será registrado em minutos, sendo iniciado a partir do momento da indisponibilidade do enlace e encerrado no momento aceite da manutenção (fechamento do chamado) efetivado pela fiscalização do Contrato;

V - O somatório dos PNF será o tempo considerado como base para avaliar o cumprimento da disponibilidade mínima mensal dos serviços contratados;

VI - Quando o somatório dos PNF, no mês, for menor ou igual a indisponibilidade mensal admitida, o valor referente a esse período de indisponibilidade será descontado do valor contratado, sendo o valor do desconto obtido da seguinte forma:

$$VD = \left[\frac{VMAE}{DM} \times \Sigma PNF \right]$$

Onde ,

VD = Valor do desconto

VMAE = Valor mensal do enlace

DM = Disponibilidade mensal (quantidade de dias do mês x 1.400 minutos)

Σ PNF = Somatório de todos os Período de Não Funcionamento do Enlace – PNF no mês (em minutos)

VII - Quando o somatório dos PNF, no mês, for superior a indisponibilidade mensal admitida, o valor referente a esse período de indisponibilidade será descontado do valor contratado, sendo o valor do desconto referente ao tempo de indisponibilidade que extrapolar esse percentual o dobro do valor contratado, obtido da seguinte forma:

$$VD = \left[\frac{VMAE}{DM} \times (1 - DMC) \times DM \right] + 2 \times \left\{ \frac{VMAE}{DM} \times [\Sigma PNF - (1 - DMC) \times DM] \right\}$$

Onde ,

VD = Valor do desconto

VMAE = Valor mensal da assinatura do enlace

DM = Disponibilidade mensal (quantidade de dias do mês x 1.400 minutos)

DMC = Disponibilidade mensal contratada (conforme especificado no objeto)

Σ PNF = Somatório de todos os Período de Não Funcionamento do Enlace – PNF no mês (em minutos)

VII - Não serão computados no PNF os minutos de paradas programadas, solicitadas com antecedência mínima de 72h ao CONTRATANTE, que poderá indeferir o pedido em razão de conflito do período com atividades essenciais do TRE-RO.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – No TRE-RO, a gestão do Contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC), e a fiscalização deste Contrato será exercida pelo titular da Seção de Infraestrutura e Comunicação (SEINC).

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste Contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.



Subcláusula Segunda - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização e da Gestão durante a execução do Contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Além de outras obrigações previstas neste instrumento, no Edital de Pregão e seus anexos, são obrigações do CONTRATANTE:

- 1) Cumprir e fazer cumprir todas as especificações, condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos e na proposta da CONTRATADA;
- 2) Expedir Ordem de Serviço determinando à CONTRATADA a execução dos serviços instalação, alteração de perfil e desinstalação de link;
- 3) Receber provisoriamente os serviços de instalação dos links no ato de sua entrega pela CONTRATADA, mediante aferição da largura de banda instalada no local e emissão de Termo de Recebimento Provisório expedido pelo Fiscal do Contrato, observando que:
 - a) somente será recebida instalação que a aferição de largura de banda resulte em velocidade igual ou superior ao previsto.
 - b) recusar os serviços entregues em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, no Edital, na proposta da CONTRATADA e no Contrato ou que apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, mediante expedição de Termo de Recusa de Serviços emitido pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, do qual deverá constar o motivo da recusa, prazo para correção dos serviços e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento dessa obrigação;
 - c) o recebimento provisório dos serviços não implica sua aceitação.
- 4) O recebimento definitivo dos serviços de instalação se dará automaticamente no prazo de 03(três) dias úteis, sem que tenham havidos registros de interrupção dos serviços;
- 5) Prestar as informações/esclarecimentos solicitados pela contratada relacionados e necessários à execução dos serviços contratados;
- 6) Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando nos autos as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- 7) Notificar a CONTRATADA para cumprir obrigação assumida com a assinatura do contrato, dando-lhe o prazo que entender compatível para o adimplemento, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- 8) Analisar e conceder ou denegar pedidos de prorrogação de prazo de execução ou de correção dos serviços;
- 9) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento;
- 10) Tomar todas as medidas respaldadas pela legislação e pelas regras da contratação (edital e contrato) para garantir a plena execução dos serviços contratados e todas as demais obrigações estabelecidas pelo contrato; e



11) Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Além das demais obrigações previstas no Edital de Pregão e seus anexos, são obrigações da CONTRATADA:

- 1) Executar o objeto do Contrato de acordo com as especificações, condições, preços e prazos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico, em sua proposta e no Contrato, em especial no que se refere às características dos equipamentos que compõem a infraestrutura de prestação dos serviços e aos procedimentos de implantação e características dos links de comunicação necessários à execução dos serviços;
- 2) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;
- 3) Instalar ou alterar o endereço dos links nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;
- 4) Manter o serviço funcional e sem interrupções, contados da entrega formal da instalação, sendo que:
 - a) O transcurso de 03(três) dias úteis sem registro de interrupção dos serviços é condição para que seja efetuado o recebimento definitivo da implantação;
 - b) Em caso de interrupção do funcionamento do serviço neste período, o prazo será interrompido e reiniciada a contagem;
 - c) Serão admitidas apenas duas ocorrências interrupções dos serviços com o reinício de contagem do período sem aplicação de sanções administrativas;
 - d) No caso de links instalados para atender períodos curtos e predeterminados, a interrupção dos serviços que prejudique o andamento dos serviços poderá caracterizar inexecução contratual.
- 5) Prestar suporte técnico, durante toda a vigência do contrato, por meio de telefone do tipo 0800, aplicativo de mensagem, sítio eletrônico e/ou e-mail, com a finalidade de resolver problemas de funcionamento ou orientar o TRE-RO quanto à perfeita utilização dos serviços contratados, durante 24 horas por dia e 07 (sete) dias por semana, incluindo fins-de-semana e feriados;
- 6) Solucionar os problemas de funcionamento dos serviços nos prazos máximos estipulados no objeto, contados da abertura do chamado para prestação do suporte técnico;
- 7) Garantir os requisitos de **qualidade e disponibilidade** estipulados no objeto, sob pena de aplicação dos descontos previstos nas regras do Acordo de Nível de Serviço;
- 8) Realizar as alterações de endereço dos links nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;
- 9) Desinstalar links, com o devido recolhimento dos equipamentos, nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

10) Apresentar, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à execução dos serviços, Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente, na forma eletrônica, discriminando os serviços executados e os respectivos valores de cada um deles, devendo o vencimento da referida Nota Fiscal/Fatura ser de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis, contados da sua apresentação, observando o que segue;

a) A Nota Fiscal/Fatura, na forma eletrônica, poderá ser encaminhada através do correio eletrônico contratosti@tre-ro.jus.br ou disponibilizada para download em sítio eletrônico, desde que haja notificação à contratante na data em que a NF/fatura for disponibilizada;

11) Dirigir à Gestão do Contrato eventuais pedidos justificados de prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações;

12) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Eventuais acréscimos superiores a esse percentual, em situações excepcionais, obedecerão aos requisitos definidos na Decisão Plenária do TCU n. 215/99. As supressões acima desse limite poderão ocorrer por acordo entre as partes;

13) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14) Cumprir determinação do Fiscal do Contrato para adimplemento de obrigação assumida com a celebração do ajuste, no prazo determinado na notificação, sob pena de aplicação de penalidades caso persista, de forma injustificada, a inadimplência;

15) assinar, junto com o contrato, os **Termo de Responsabilidade e Sigilo** e apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação pelo fiscal ou gestor;

16) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;

17) Responder, nos termos do Artigo 70, da Lei n. 8.666/93, por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados, prestadores de serviços e prepostos, em atividade nas dependências do contratante ou outras a seu mando, desde que fique comprovada a responsabilidade;

18) Assumir total responsabilidade pelo controle de obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias que contrair em razão da prestação de serviços;

19) Não admitir no seu quadro societário, de funcionários ou prestadores de serviços, funcionário ou membro da administração do TRE-RO, ainda que em gozo de licença não remunerada nas hipóteses em que couber, mesmo na condição de subcontratado;

20) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

21) Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto do Contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02)



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93 e neste instrumento, conforme segue:

Subcláusula Primeira - Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto n. 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a CONTRATADA que:

- a) quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

Subcláusula Segunda - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas em decorrência da assinatura do contrato, garantida a ampla e prévia defesa, sujeitará a contratada à multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, **sem prejuízo da possibilidade de declaração da inexecução parcial ou total do contrato**, na seguinte forma:

Tabela 5 - Penalidades				
TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFERÊNCIA
Atraso injustificado de 1(um) a 10(dez) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 10(dez) dias.	Valor instalação do link afetado
Atraso injustificado de 11(onze) a 30(trinta) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Mora contratual	ALTA	Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da instalação do link + multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, até o limite de 20(vinte) dias.	Valor instalação do link afetado e valor do contrato

Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFERÊNCIA
Atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da instalação do link + Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor instalação do link afetado e valor do contrato
Terceira interrupção dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	BAIXA	Multa de 5% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Quarta interrupção dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 10% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Quinta e demais interrupções dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	ALTA	Multa de 20% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(uma) a 5(cinco) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 1% (um por cento) por hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 6(seis) a 10 (dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 5% (cinco por cento) + multa de 2% (dois) a hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado superior a 10 (dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços.	Mora contratual	ALTA	Multa de 15% (quinze por cento) + multa de 3% (três por cento) a hora, até o momento da solução do problema de funcionamento, até o limite de 60% do valor da mensalidade.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(uma) a 5(cinco)	Mora contratual	ALTA	Multa de 5% (dois por cento) a hora, até o limite de	Valor da mensalidade do

Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFÊRENCIA
horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.			5(cinco) horas.	link afetado
Atraso injustificado de 6(seis) a 10(dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Mora contratual	ALTA	Multa de 25% (vinte por cento) + multa de 0,2% (vinte centésimos por cento) a hora, até o limite de 10(dez) horas.	Valor da mensalidade do link afetado e Valor do contrato
Atraso injustificado superior a 10(dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da assinatura do link + Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor da mensalidade do link afetado e Valor do contrato
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal durante 5(cinco) meses não consecutivos em um período de 12(doze) meses.	Inexecução contratual	BAIXA	Multa de 10%	Valor da mensalidade do link afetado
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal por dois meses consecutivos.	Inexecução contratual	MÉDIA	Multa de 20%	Valor da mensalidade do link afetado
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal por três meses consecutivos.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 30%	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(um) a 3(três) dias na instalação de links banda larga.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 1% (um por cento) ao dia, até o limite de 3 (três) dias.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 4(quatro) a 7 (sete) dias na	Inexecução contratual	MÉDIA	Multa de 3% (três por cento) + multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de	Valor da mensalidade link afetado

Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFERÊNCIA
instalação de links banda larga.			4(quatro) dias.	
Atraso injustificado superior a 7(sete) dias na instalação de links banda larga.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 11% (onze por cento) sobre o valor da mensalidade + multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	Valor da mensalidade do link afetado e valor do contrato
Interrupções dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE de links Banda Larga que prejudique o andamento das atividades	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ordem de serviço para o link afetado + Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor da ordem de serviço do link afetado e valor do contrato
Primeiro atraso injustificado de 3(três) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 0,5%	Valor do contrato
Segundo atraso injustificado de 05(cinco) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 1%	Valor do contrato
Terceiro atraso injustificado de 05(cinco) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 2%	Valor do contrato



Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFÊRENCIA
Quarto atraso injustificado de 05(cinco) dias ou primeiro atraso superior a 7(sete) dias.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 5% + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor do contrato

Subcláusula Terceira - Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a Administração CONTRATANTE poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

Subcláusula Quarta – Conforme art. 77 da Lei 8.666/93, nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quinta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Sexta - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Sétima – Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Oitava – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário).

Subcláusula Décima - As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

Subcláusula Décima Primeira – O valor da multa ou condenação, eventualmente, aplicadas à CONTRATADA, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

Subcláusula Décima Segunda – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Terceira – No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

Subcláusula Décima Quarta – De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAV (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta – No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAV (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.



Subcláusula Décima Sétima – Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava – A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativa” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO

(Art. 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.



Subcláusula Sétima – Em situações excepcionais, pode-se considerar a Decisão Plenária do TCU n. 215/99, pela qual acena favorável que, devidamente justificada, pode ser acatada a inobservância dos limites citados no § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;

5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respetivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e



2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, VI, X e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.702/2022; no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), Lei n. 13.709/2018 (Geral de Proteção de Dados), e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Subcláusula Única - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLAÚSULA VIGÉSIMA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 2022.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Pelo CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

Testemunha

Testemunha

ANEXO I DO CONTRATO TRE-RO xxx/2022

TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 24/10/2022, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0925416** e o código CRC **4026A6C8**.

0002624-28.2021.6.22.8000

0925416v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 24/10/2022 12:20:24.